



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO
SOCIOECONÔMICO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABRIEL SHINJI KUMM KURIYAMA

**A CENTRALIDADE DA ECOLOGIA POLÍTICA NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DESDE OS PRIMEIROS VINTE ANOS DO SÉCULO XXI**

FLORIANÓPOLIS
2021

GABRIEL SHINJI KUMM KURIYAMA

**A CENTRALIDADE DA ECOLOGIA POLÍTICA NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DESDE OS PRIMEIROS VINTE ANOS DO SÉCULO XXI**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Agripa Faria Alexandre

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Kuriyama, Gabriel Shinji
A centralidade da ecologia política nas relações
internacionais desde os primeiros vinte anos do século XXI
/ Gabriel Shinji Kuriyama ; orientador, Agripa Faria
Alexandre, 2021.

72 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, , Programa de Pós-Graduação em , Florianópolis,
2021.

Inclui referências.

1. . 2. Movimento ambientalista internacional. 3.
Ecologia Política Internacional. I. Faria Alexandre,
Agripa. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em . III. Título.

Gabriel Shinji Kumm Kuriyama

**A CENTRALIDADE DA ECOLOGIA POLÍTICA NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS DESDE OS PRIMEIRO VINTE ANOS DO SÉCULO XXI:**

Florianópolis, 12 de dezembro de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Agripa Faria Alexandre, Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Daniel Castelan, Dr.(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Henri Ayselrad, Dr.(a)
Instituição UFRJ

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.(a) Agripa Faria Alexandre
Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2021.

RESUMO

Diante do aumento da gravidade da crise ecológica global provocada pelo modo de produção capitalista, torna-se necessário buscar modelos metodológicos de análise dos atores e processos da ecologia política internacional, capazes de refletir acerca da dimensão de politização da temática ecológica como um dos maiores fenômenos da contemporaneidade, sobretudo em função da democratização e diversificação das redes de comunicação (*cyberativismo*). Assim, com intuito de responder “quais tipos de fatos de ordem objetiva nos permitem explicar a posição da ecologia política nas relações internacionais nos primeiros vinte anos do século XXI?”, o presente trabalho apresenta a *confirmação da* hipótese de que os esforços comunicativos e políticos do ativismo ambiental global, formado por ONGs ambientalistas, grupo de cientistas e demais organizações e grupo de ativistas da sociedade civil global são simbolicamente responsáveis por promover uma cultura política de desobediência civil para o enfrentamento das estruturas globais de poder. O método do *interacionismo simbólico cibernético* proposto por Alexandre (2018a), aqui também referido como *paradigma outsider das relações internacionais*, foi utilizado para explicar as múltiplas estratégias de desobediência civil do movimento ambientalista, fundadas na demonstração pública do agir comunicativo dramatúrgico e afirmar a centralidade da ecologia política nos primeiros vinte anos do século XXI, em função do seu poder estruturante de transformação histórica da sociedade nos âmbitos políticos, econômicos e de adoção de novos comportamentos culturais. -

Palavras-chave: movimento ambientalista mundial; relações internacionais; redes sociais; interacionismo simbólico cibernético; demonstração pública; paradigma outsider das relações internacionais; agir comunicativo dramatúrgico.

ABSTRACT

Given the increasing severity of the global ecological crisis caused by the capitalist mode of production, it is necessary to seek methodological models for the analysis of actors and processes of international political ecology, capable of reflecting on the dimension of politicization of the ecological theme as one of the greatest phenomena of contemporaneity, mainly due to the democratization and diversification of communication networks (cyberativism). Thus, in order to answer “what kinds of objective facts allow us to explain the position of political ecology in international relations in the first twenty years of the 21st century?”, this paper presents the *confirmation* of the hypothesis that communicative and political efforts of global environmental activism, formed by environmental NGOs, a group of scientists and other organizations and group of activists from the global civil society, are symbolically responsible for promoting a political culture of civil disobedience to confront the global structures of power. The method of *cybernetic symbolic interactionism* proposed by Alexandre (2018a), here also referred to as the *outsider paradigm of international relations*, was used to explain the multiple strategies of civil disobedience of the environmental movement, based on the public demonstration of the communicative dramaturgical action and to affirm the centrality of political ecology in the first twenty years of the 21st century, due to its structuring power of historical transformation of society in the political, economic and adoption of new cultural behaviors.

Keywords: world environmental movement; international relations; social networks; cyber symbolic interactionism; public demonstration; outsider paradigm of international relations; dramaturgical communicative action.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe Jeanete e ao meu pai Gilson, pelo carinho incondicional, pela educação e por proporcionar uma vida muito distante daquelas que tiveram. Espero um dia poder recompensá-los de alguma forma. Agradeço também a todos os outros membros da minha família, especialmente meu irmão Álvaro e minhas irmãs Camila e Érica, os quais sempre me apoiaram (e me aturaram) ao longo de fases importantes da minha vida.

Agradeço aos meus amigos e minhas amigas das quatro estações, aqueles que compartilharam momentos de alegria, de reflexão, de arte, de angústia, de revolta, de amor. Sempre serei grato a oportunidade de aprender com vocês, de ter espaço para construir e expressar as minhas subjetividades. São vocês também minha família e sempre os considerarei como tal.

Agradeço as minhas professoras e aos meus professores, que resistem ao processo de mercantilização da educação e foram capazes de tornar a experiência da sala de aula um dos meus espaços prediletos. Um agradecimento mais do que especial ao meu orientador, professor Agripa, o qual, mesmo tendo apenas encontros virtuais, transmitiu paciência, confiança e coragem para realizar este trabalho durante a pandemia que vivemos, além de proporcionar conversas e conhecimentos valiosos para a minha formação pessoal e acadêmica.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, todas as trabalhadoras e trabalhadores responsáveis pelo seu funcionamento, sua limpeza, sua manutenção. Obrigado particular pelas milhares de refeições propiciadas pelo Restaurante Universitário. Obrigado a todas e todos que defendem e lutam pela universidade PÚBLICA, GRATUITA e de QUALIDADE.

Ademais, não poderia deixar de mencionar também todas as entidades estudantis e acadêmicas de que pude participar. Foram muitos e variados aprendizados, desde atividades de pesquisa, monitoria, extensão, palestras, cursos, até práticas de esportes, terapias, festas, práticas corporais e artísticas. Esses momentos definitivamente foram os mais prazerosos da minha vida e sempre serei grato por ter tido o privilégio.

Por fim, agradeço também todos aqueles não mencionados, mas que ajudaram a tornar possível essa trajetória.

Muito obrigado!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA Aliança Bolivariana para as Américas

CMMAD Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAH Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

CSH Ciências Sociais e Humanas

COP Conferencia das Partes

FSM Fórum Social Mundial

GAG Governança Ambiental Global

IS Interacionismo simbólico

IPCC Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

ONU Organização das Nações Unidas

OI Organização Internacional

OMC Organização Mundial do Comércio

ONG Organização Não-governamental

OSC Organização da sociedade civil

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

WWF World *Wildlife Fund*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	13
2.1	Ecologia Política, um campo interdisciplinar das Ciências Sociais e Humanas.....	13
2.2	A Sociologia da Ação Coletiva: pressupostos do Interacionismo Simbólico.....	15
2.3	A questão ambiental e as Relações Internacionais (RI).....	19
3	O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E SEU IMPACTO ESTRUTURANTE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	25
3.1	O papel dos atores da Ecologia Política Internacional.....	25
3.2	O ambientalismo como movimento político internacional: breve histórico e formas de luta.....	28
3.3	Como a globalização neoliberal redefine as condições de luta por justiça social e ambiental.....	33
4	A CENTRALIDADE DA QUESTÃO AMBIENTAL NOS PRIMEIROS VINTE ANOS DO SÉCULO XXI.....	39
4.1	Ciberativismo.....	39
4.2	A capacidade de demonstração pública do ativismo ambiental global.....	44
4.2.1	<i>Fórum Social Mundial (FSM).....</i>	<i>45</i>
4.2.2	<i>A Rio +20 que não queremos.....</i>	<i>48</i>
4.2.3	<i>Marcha Global pelo Clima e as Greves climáticas.....</i>	<i>50</i>
4.2.4	<i>Extinction Rebellion (XR).....</i>	<i>54</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental global é um fenômeno empírico historicamente construído e cuja demonstração pública tem sido promovida amplamente pelo movimento ambientalista mundial, principalmente da linha de cientistas engajados e ativistas especializados em promover ações de desobediência civil. As ações coletivas do movimento ambientalista sempre tiveram o poder de criar clivagens históricas no sentido de mudanças na estruturação das atividades econômicas, políticas, institucionais e comunicacionais. Com expressões no espaço público presencial e na atuação através de redes sociais virtuais, as lutas por justiça social e ambiental concebem uma forma de luta singular, cuja abrangência e efeitos políticos e simbólicos crescem com as novas modalidades de interação social: as redes sociais cibernéticas (ALEXANDRE, 2018a; 2018b).

Ao longo das últimas três décadas do século XX, novas descobertas acerca do funcionamento da biosfera mostram alterações no funcionamento da atmosfera da Terra. Segundo os relatórios emitidos pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC¹ – sigla em inglês), os elementos que caracterizam a crise climática são cada vez mais evidentes. Os temerários resultados apontam o que já podia se verificar nos arredores das produções industriais há tempos: a intensidade e amplitude das atividades da produção capitalista são responsáveis por alterações de funcionamento da biosfera (IPCC, 2018). Em 2018, o IPCC divulgou um relatório massivo sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C. A mensagem principal, que reverberou por todo o mundo, foi que a humanidade ainda tem uma chance de limitar o aquecimento de 1,5°C e, assim, evitar mais catástrofes na forma de doenças, fome, escassez de água e aumento do nível do mar devido a impactos profundos e irreversíveis nos ecossistemas e no bem-estar e segurança das populações. Entretanto, poder-se-ia ter apenas 11 anos restantes para atingir essa meta e as ações estariam longe do caminho necessário (IPCC, 2018).

¹ Criado em 1988, o IPCC agrega atualmente representantes de 194 países, milhares de cientistas que operam voluntariamente na condição de autores, colaboradores e revisores de estudos cujo objetivo é "fornecer aos governos do planeta, com uma base científica, clara visão do que está acontecendo com o mundo do clima". A organização opera em três Grupos de Trabalho – A Base da Ciência Física das Mudanças Climáticas; Mudanças Climáticas, Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade e, por fim, Mitigação da Mudança Climática (IPCC, 2010).

A produção e disseminação do conhecimento em torno da questão ambiental veem crescendo substancialmente em diversos espaços: público ou privado, formais ou informais. Considerando a urgência da pauta, tornou-se proeminente para as Ciências Sociais e Humanas (CSH) pensar acerca dos fenômenos sociais que refletem a dinâmica da questão ecológica, seja para disputar novas abordagens teóricas, identificar novas dimensões do debate, seja para pressionar por respostas políticas, econômicas e institucionais (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004).

Dentro das Relações Internacionais (RI), enquanto disciplina, constata-se que as perspectivas teóricas dominantes apenas adaptaram a problemática ambiental em suas abordagens, ao invés de considerar “uma revisão crítica das premissas que levaram a crise ambiental pelo modo de produção e hábitos de consumo da modernidade globalizada”² (SANT’ANNA; MOREIRA, 2016, p.218). Sendo assim, torna-se necessária a busca por ferramentas analítico-teóricas que compreendem uma diversidade mais ampla de atores e processos nas relações internacionais, particularmente do domínio histórico da relação entre o ativismo ambiental e os impactos estruturantes das relações internacionais, considerando o advento de novas formas de comunicação e luta políticas (ALEXANDRE, 2018a).

A partir da pergunta de pesquisa norteadora: *Quais tipos de fatos de ordem objetiva nos permitem explicar a posição da ecologia política nas relações internacionais nos primeiros vinte anos do século XXI?*. O primeiro deles, como hipótese central preliminar da pesquisa, foi retirado das evidências de uma irrupção sistêmica do capitalismo, cujas contradições e consequências nefastas para a vida humana e não-humana passam a se acentuar e, de forma incontornável, a acirrar os conflitos socioambientais de todo tipo. Nossa pesquisa, no entanto, revelou que esses fatos objetivos, em si, para se tornarem relevantes como temas importantes para a cena internacional tem passado, *de forma recorrente, anterior e decisiva*, pela capacidade de demonstração pública dos ativistas ambientais globais em promover ações comunicativas dramatúrgicas (HABERMAS, 2012, p. 565), cada vez mais com o apoio da posição dos cientistas engajados, e que, objetivamente, esses tipos de fatos é que têm garantido a distinção simbólica da temática da ecologia política no centro das relações

² Os estudos de Laferrière e Stoett (1999) explicam como as principais abordagens do pensamento ecológico se relacionam com as principais abordagens teóricas da RI. Nessas pesquisas, os autores se questionam se estas mencionam a ecologia e quais perspectivas ecológicas elas refletem, assim como se contribuem para o processo de degradação ambiental por meio de suas ontologias, epistemologias e prescrições.

internacionais como *fator estruturante* de governança global, segundo o *paradigma outsider das relações internacionais*, pensado a partir de Alexandre (2018b).

Conforme Hannigan (1995 apud. GUIVANT, 2002) para uma construção bem-sucedida de um problema ambiental seis elementos precisam estar presentes: i) autoridade científica para validar as demandas; ii) popularizadores que possam estabelecer as pontes entre a ciência e os ambientalistas; iii) o papel ativo da mídia, que apresenta o problema como grave e novo; iv) a dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; v) incentivos econômicos para tomar ações concretas; e vi) a emergência de uma liderança institucional que possa assegurar tanto a legitimidade da definição do problema ambiental como a continuidade da organização.

Como objetivo principal, assim, a pesquisa focou na explicação das evidências de natureza comunicacional e de desobediência civil do movimento ambientalista mundial que têm garantido a permanência da questão ambiental no centro da cena internacional, nos primeiros vinte anos do século XXI. O método analítico-teórico utilizado enfatizou as ações coletivas que foram capazes de produzir efeitos políticos e institucionais, mas sobretudo de influenciar na transformação de valores, identidades e percepções em torno da temática ecológica que vislumbram a salvação do planeta de forma inescapável (ALEXANDRE, 2018a).

Sendo assim, como atores preponderantes, estão as Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientais e internacionais e demais organizações da sociedade civil (OSCs), composta por diversos movimentos sociais em busca da justiça social e ambiental e atuantes em manifestações de empoderamento e disseminação de valores ambientalistas na sociedade civil global. O ativismo ambiental sempre foi global. As denúncias do Greenpeace na década de sua fundação foram baseadas em manifestações de sensibilidade ecológica aliadas às evidências científicas da época (1970) sobre o desaparecimento de espécies e a contaminação de rios (CARSON, 2000). Atualmente, ele se apresenta claramente ser mais radical e mais comunicativo, no sentido de que abraçou uma nova linguagem - *a linguagem como forma de vida* -, parafraseando Wittgenstein (OGIEN, 2015 apud. ALEXANDRE, 2018a).

Segundo Castells (1999b), a compreensão do ativismo ambientalista internacional está dada a partir da interligação e organização pela internet, centrado em protestos simbólicos que respondem aos tempos e espaços dos agentes decisórios da globalização. Afirma-se a existência hoje desse ativismo como estruturante das relações internacionais em termos de

impactos simbólicos ou resultados concretos de suas ações coletivas (ALEXANDRE, 2018a). O trabalho, portanto, está focado nas iniciativas dos atores não-estatais, sobretudo ligados ao movimento ambientalista em influenciar simbolicamente a dinâmica da política em diversos momentos-chave, desviantes da lógica representada pela tomada de decisão de Estados-nação e das organizações internacionais (OI), em processos que se mantêm até os dias presentes (ALEXANDRE, 2018a). Assim sendo, esse tema se justifica no âmbito das RI na medida que o problema, a solução e os principais mecanismos de gestão se dão em nível global. Sob uma perspectiva crítica, porém, torna-se essencial compreender a formação histórica e social dos conflitos, dos arranjos institucionais – tanto formais quanto informais – e das negociações que emergem da gestão coletiva da crise ambiental, para fomentar epistemologias e formas de ação política que sejam efetivas em reverter este cenário complexo e temerário, na tentativa de alinhar as produções teóricas com as práticas políticas (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004; PATERSON, 2000; SANT'ANNA; MOREIRA, 2016).

O trabalho apresenta com três capítulos. No primeiro, buscou-se na literatura o entendimento da gênese da ecologia política, enquanto campo de estudo interdisciplinar. Pretendeu-se analisar os impactos para pensar a ciência política contemporânea e, conseqüentemente, um novo entendimento das relações sociais e da política internacional. Ademais, explica-se brevemente alguns dos pressupostos da metodologia utilizada para compreender o ativismo movimento ambientalista, conforme suas formas de ação política ao longo dos anos, segundo o *paradigma outsider das relações internacionais*³, de autoria de Agripa Faria Alexandre.

Em seguida, no segundo capítulo, explica-se como o movimento ambientalista se caracteriza por ser um ator social preponderante na política ambiental global, ao promover a entrada da pauta ambiental na agenda dos Estados-nação e no plano internacional. Para tanto, são exploradas as formas de ação política representadas no ativismo e suas transformações redefinidas em resposta às mudanças e eventos na seara da ecologia política internacional.

Por fim, no terceiro capítulo do trabalho, busca-se explicar como o movimento ambientalista internacional, desde os primeiros vinte anos do século XXI, tem tido a habilidade suficiente para projetar suas bandeiras de luta para o centro das relações internacionais. Nossa hipótese inicial pode ser devidamente comprovada em função da observação empírica de que a habilidade dos ativistas de promover demonstrações públicas constitui um fenômeno comunicacional de alta reflexividade, o que explica a permanência da

³ A matriz empírica deste paradigma advém do interacionismo simbólico cibernético, analisado no capítulo 2.

pauta ecológica no debate das relações internacionais (ALEXANDRE, 2018a). Portanto, a principal ideia deste trabalho é a de que o fenômeno da crise ambiental global é antes um fenômeno analítico, de natureza político-comunicativa, da linguagem pragmática de entendimento do mundo, antes de sê-lo empírico-auto-explicativo como pretendem as explicações do senso comum jornalístico, uma vez que elas somente têm se tornado temas de interesse público pela capacidade de demonstração pública da ação coletiva do ativismo ambiental global, em especial por meio de ações de desobediência civil que tencionam a esfera pública global. Por meio de metodologia utilizada por Alexandre (2016), denominada de *interacionismo simbólico cibernético*, também referida como *paradigma outsider das relações internacionais*, busca-se uma compreensão do sentido de ação social promovida pelos ambientalistas cuja capacidade de demonstração pública tanto influencia as decisões interestatais em torno da temática como promove as transformações do universo político e simbólico acerca da cultura ambientalista.

A pesquisa tem como base dados primários, secundários e terciários de pesquisa quantitativa e qualitativa. São analisados os documentos resultantes das conferências internacionais em questão, bem como as produções acadêmicas de autores acerca da influência dos atores do ambientalismo global, evidenciando empiricamente as mudanças ocorridas a partir de tais ações. Portanto, a pesquisa apresenta dados majoritariamente qualitativos de interpretação.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A partir da revisão teórica dos estudos da ecologia política, a presente seção visa sumarizar os aspectos de seu desenvolvimento e os pressupostos epistemológicos que concebem um “novo paradigma verde” nas CSH. Ademais, será apresentada a chave metodológica-analítica utilizada para analisar os efeitos e motivações do ativismo do movimento ambientalista com o foco na abordagem singular e contra hegemônica na disciplina que representa o “paradigma *outsider*”, conceituado também como *interacionismo simbólico cibernético* por Alexandre (2018a), buscando inclusive apontar as divergências em pensar a problemática ambiental sob a ótica das abordagens dominantes nas RI.

2.1 Ecologia Política, um campo interdisciplinar das Ciências Sociais e Humanas

O alcance e a amplitude da questão ambiental parecem chegar a patamares cada vez maiores no que diz respeito às influências disciplinares e temáticas no campo das ciências sociais e humanas (CSH) contemporâneas. O surgimento da ecologia política, não obstante, possui variadas fontes e perspectivas⁴. Para Martínez-Alier (2007), pode-se dizer sumariamente que a ecologia política é um campo interdisciplinar de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou simplesmente conflitos socioambientais. Segundo o autor, ela se originou a partir do estudo de antropólogos e

⁴Autores como Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx, Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Joan Martínez Alier, Enrique Leff, Ivan Illich, André Gorz, Ignacy Sachs, Robyn Eckersley, Serge Latouche, Edgar Morin, Michel Serres, Gene Sharp, Pierre-Joseph Proudhon, Robert Owen, Bertrand Russell, Ronald Inglehart, dentre muitos outros, são exemplos que apresentam, senão um tratado específico nessa linha, ao menos alguma contribuição basilar (ALEXANDRE, 2018a).

geógrafos e se fortalece principalmente a partir dos anos 70 pela crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais. Nesse sentido, a ecologia política tem como principal estratégia de ação dos movimentos ambientais e algumas reivindicações, dentre as quais podem ser destacadas a justiça ambiental, a desobediência civil como estratégia de luta e proposições de alternativas ao “desenvolvimento”, a serem discutidas nas seções posteriores.

Na origem da ecologia política, estavam as explicações dos conflitos socioambientais com base nas relações desiguais de poder entre os atores sociais e nas suas diferentes motivações e interesses. Martinez-Alier (2007) postula que os problemas ambientais não podem ser compreendidos isolados do contexto político e econômico em que são concebidos. Seria necessário relacionar os processos socioeconômicos e políticos e atores sociais nos níveis global, regional e local. Seguindo esta abordagem, a ecologia política identifica-se com o movimento ambientalista em defesa de “minorias sociais”, que surgem nos países desenvolvidos, mas também e especialmente com o contexto de injustiça social e ambiental que caracteriza a história dos países subdesenvolvidos (ALIER, 2007).

Para Leff (2006), a revolução industrial e a ciência moderna são consideradas os principais fatores para desencadeamento da problemática ambiental. Como marca predominante, há o conhecimento fragmentado, a “compartimentalização” da realidade em campos disciplinares confinados para promover a eficácia do saber científico. A reação a esta premissa, iniciou-se por parte dos movimentos ambientais na busca por um método capaz de reintegrar esses conhecimentos em um campo unificado (LEFF, 2009). Promove-se, assim, um campo de estudo interdisciplinar das CSH no qual a natureza não é pensada de forma alienada a sociedade, “pois trata-se de um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o ambiental não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos” (ACSELRAD, 2005, p.7 apud SANT`ANNA e MOREIRA, 2016). Em consonância com essa concepção, Leff (2006) argumenta como o ‘saber ambiental’ infere novos pressupostos epistemológicos e políticos a partir da crítica ontológica a epistemologia moderna⁵, capazes de produzir novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos ante o mundo. Segundo o

⁵ “Antes de apresentar-se como um problema do conhecimento no campo da epistemologia, essa crise da racionalidade moderna se manifesta na sensibilidade da poesia do pensamento filosófico. Mas críticas à razão do iluminismo e da modernidade, iniciada pela crítica da metafísica (Nietzsche, Heidegger), pelo racionalismo crítico (Adorno, Horkheimer, Marcuse), pelo pensamento estruturalista (Althusser, Foucault, Lacan) e pela filosofia da pós-modernidade (Levinas, Deleuze, Guattari, Derrida (...))” (LEFF, 2006, p. 16)

autor, a “racionalidade ambiental” diz respeito a uma nova práxis de construção da realidade social, na qual:

O ser, para além de sua condição existencial geral e genérica, penetra o sentido das identidades coletivas que constituem o crisol da diversidade cultural em uma política da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de **reapropriação da natureza** em um campo conflitivo de poder, no qual se desdobram sentidos diferenciados e, muitas vezes, antagônicos, na construção de um futuro sustentável. (LEFF, 2009, p. 21, grifo nosso)

Destarte, como forma de politização, promove-se um campo de pesquisa essencialmente ausente de neutralidade, visto que defende explicitamente a revalorização das relações econômicas, éticas, estéticas do ambiente ao redor do ser humano e dos valores da democracia, justiça social e ambiental e convivência humana perante a natureza, consideradas formas de restituição das relações entre a sociedade e o meio ambiente que fornecem as condições favoráveis para a sobrevivência humana em uma sociedade a beira de um colapso ecológico (LEFF, 2006).

2.2 A Sociologia da Ação Coletiva: pressupostos do Interacionismo Simbólico (IS)

Como qualquer outro fenômeno social e cultural, o estudo do ativismo ambiental global requer uma metodologia analítica baseada no estudo da particularidade que mais se destaca entre outros tipos de ativismo. Assim, no presente trabalho seguiu-se a proposição de Alexandre (2018a) cuja ideia é compreender o papel dos atores e processos da ecologia política internacional que atuam no espaço privilegiado da cena política contemporânea: *a sociedade civil global*. Para efeitos práticos, são explicados os conceitos e premissas empregadas ao longo da pesquisa a seguir.

Como elucida Alexandre (2018b), a perspectiva interacionista simbólica (IS) é um campo da sociologia da ação coletiva que possui suas bases nos estudos centrados em compreender o fenômeno de *interação social*, sem preocupação com as ideias de organização e estruturas sociais predefinidas, consideradas excessivamente reificadas por seus fundadores⁶. Particularmente sensível aos processos psicossociais de nível micro, torna-se

⁶ Os trabalhos de Robert Ezra Park (1864-1994) e depois George Herbert Mead e Herbert Blumer compõem a Escola de Chicago, da sociologia, que foram realizados dos anos 20 aos 60, nos EUA. Para mais ver, capítulo 2 – Escola de Chicago, no livro *Sociologia da Ação Coletiva*, de Agripa Alexandre (2018).

uma ferramenta com grande potencial de compreensão dos processos pelos quais identidades são construídas e reconstruídas por meio de práticas cotidianas.

Conforme estabelecido por um de seus fundadores, Blumer (1969 apud. ALEXANDRE, 2018b), essa perspectiva “construcionista social” pressupõe que, juntas, as pessoas criam significados para si mesmas, para os outros e para os objetos. A comunicação dos significados de uma pessoa as outras ocorre por meio de processos como ensino e aprendizagem. Nas ações dos indivíduos e dos grupos, por exemplo, o uso de objetos surge de “um processo interpretativo” por meio do qual as pessoas extraem esses significados criados socialmente. Os interacionistas simbólicos, portanto, constroem suas ideias sobre como as identidades são formadas a partir da ideia subjacente de que, juntas, as pessoas criam, interpretam e difundem esses significados em comum, concebendo uma ‘ação coletiva’ (Alexandre, 2018b).

Um exemplo útil para pensar sobre a formação de subjetividades está no trabalho clássico de Becker (2008) sobre como as pessoas se tornam usuários de maconha. O autor observou que muitas pesquisas comportamentais sobre o uso de drogas enfocavam nos determinantes psicológicos sociais desses comportamentos. Esses pesquisadores acreditavam que os principais fatores se deviam principalmente a critérios socioeconômicos e comportamentais pré-existentes. Em contrapartida, o uso de Becker de uma perspectiva SI significa que ele assumiu

“[...] que a presença de um determinado tipo de comportamento é o resultado de uma sequência de experiências sociais durante as quais a pessoa adquire uma concepção do significado desse comportamento e percepções e julgamentos de objetos e situações, todos os quais tornam a atividade possível e desejável.” (BECKER, 2008, p. 235).

Becker descobriu, assim, que os usuários de maconha tinham que aprender a usar a maconha por prazer: os usuários veteranos ensinavam aos iniciantes como identificar as sensações corporais que experimentavam enquanto fumavam como experiências prazerosas. Como resultado, o autor mostrou que mesmo algo de natureza aparentemente tão bioquímica e psicológica quanto o uso de drogas tinha componentes sociais claros.

Como reitera Alexandre (2018b), a força da metodologia está em captar a identidade dos atores sociais envolvidos e as correntes de ideias que se difundem. Deste modo, os mais célebres estudos da IS são aqueles sobre comportamento coletivo de desvio (de ser diferente)⁷,

⁷ “Estudos clássicos do IS foram realizados acerca de movimentos de massa, de reivindicações de minorias. Movimentos religiosos, lutas feministas, movimentos nacionalistas, de setores místicos, relacionados as crises econômicas e as guerras, de aficionados a manias, gostos, modismos, de opinião

os quais deram origem a teoria da rotulagem ou da etiquetagem (ALEXANDRE, 2018b; BECKER, 2008). Tais contribuições foram decisivas para analisar a influência do IS na teoria dos movimentos sociais, nas quais os movimentos sociais são vistos como processos com origem na insatisfação com a forma de vida, de início espontâneos e mal organizados, mas que, em seu desenvolvimento, adquirem uma cultura e uma organização social, com regras e valores, lideranças e divisão de trabalho duradouras, além de táticas e estratégias que referenciam o histórico cultural do movimento e têm como objetivo o estabelecimento de uma ‘nova ordem social’ (GOHN, 1997; ALEXANDRE, 2018b). Em última análise, o objetivo dessa metodologia diz respeito à tentativa de demonstração da capacidade dos atores sociais de *ultrapassar valores*⁸ e visualizar a ‘mudança social’ para, no caso da ecologia política, uma sociedade mais humana, aberta e sustentável, discutida no Capítulo 3.

Em decorrência da consolidação dos movimentos sociais como fenômeno histórico concreto, novas abordagens teóricas foram concebidas. A sociologia da ação coletiva, diante abrangência e as características do fenômenos dos movimentos sociais, passou a reconhecer o papel que estes atores sociais estavam assumindo perante os Estados e o plano internacional. Nesse contexto, alguns autores como Alain Touraine, Clauss Offe, Alberto Melucci e Jürgen Habermas (considerados pós-marxistas), elaboraram críticas às clássicas teorias do movimentos sociais na compreensão do papel destes atores, por partirem de um conceito tradicional de política, ao invés de reconhecer os diferentes aspectos quanto a constituição, valores e formas de luta⁹ (ALEXANDRE, 2018b).

pública, de propaganda, etc.” (Alexandre, 2018b, p. 44).

⁸ Expressão cunhada por Alexandre (2018b, p. 194) que visa ultrapassar as linhas de enfrentamento de ideias que caracterizam o debate entre posições hegemônicas e posições contra hegemônicas, uma vez que a proposta da ecologia política internacional supera as técnicas de convencimento presentes no confronto clássico entre valores liberais e valores socialistas (em defender, por exemplo, mudanças de infraestrutura, ao invés de mudanças simplesmente de estrutura produtiva). Nesse sentido, os ecologistas ultrapassam esse confronto ao se posicionarem na cena política com sua estratégia própria de enfrentamento político, desde sempre a desobediência civil (política de não violência ativa), com diferentes técnicas de convencimento e adesão à causa, como a luta festiva, a deturpação simbólica e paródica dos fatos ao reivindicarem o direito ao escárnio e a promoção do inusitado no cotidiano (ALEXANDRE, 2018a, p.124). “Conceito que capta a dimensão simbólica e cultural de uma sociedade, na tentativa de mostrar que certos valores culturais não desafiam diretamente a ideologia dominante, senão dialogam com ela, ultrapassando-a. Esta ultrapassagem ocorre dentro do processo de democratização cultural. Com base em Gramsci (apud BOBBIO, 1989), a sociedade civil é capaz de difundir novos valores como no caso da cultura da sustentabilidade. A ultrapassagem de valores não tem o poder de modificar a lógica do capital econômico conforme uma revolução, mas ela é capaz de imprimir novos modos de poder estruturante da sociedade a partir, por exemplo, das políticas de distribuição de renda e de reconhecimento cultural.” (ALEXANDRE, 2018b, p.194).

Para Touraine (1994, p. 229 apud. GOHN, 1997 p. 151), ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, e sim “aquele que modifica o meio material e social em que está inserido através de decisões, relações e orientações”. Em última instância, a premissa basilar da teoria posiciona os *novos movimentos sociais* como uma expressão das mudanças sociais e políticas contemporâneas¹⁰, ou rupturas históricas, emergindo em um contexto de erosão das políticas tradicionais, correspondem à fragmentação dos ideais coletivos, do poder e do próprio projeto da modernidade. Conforme Alexandre (2018b) o novo sujeito histórico da análise é o

sujeito coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade, mas também crítico dos seus efeitos nocivos, em especial a partir da assunção de suas ações baseadas em valores tradicionais, solidários e comunitários, por exemplo (ALEXANDRE, 2018b, p.83).

Ademais, cabe ressaltar a importante contribuição de Habermas, autor da Teoria do agir comunicativo. Destaca-se, nesse sentido, o conceito de *racionalidade comunicativa*, entendido como o responsável por permitir a construção de interações linguísticas de emancipação social. “O agir comunicativo é o agir que considera fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar diversos planos da ação com base em definições comuns sobre a situação vivida” (HABERMAS, 2012, p.315, apud. ALEXANDRE, 2018b, p.94). Cohen e Arato (1992), ainda acrescentam a *dimensão deliberativa*, a qual, em contraposição a dimensão institucional (instâncias de representação política formais), os atores sociais são livres da dominação e são capazes de deliberar outras formas de vida, deslocando a decisão democrática para os canais de influência/ comunicação entre a sociedade civil e a sociedade política (ALEXANDRE, 2018b).

O conceito de *sociedade civil* é retomado das célebres contribuições de Gramsci, e compreende os espaços culturais, associações de classe, imprensa, etc. que compõem um campo simbólico e um conjunto de instituições e práticas, que são o lócus de formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. A dimensão cultural da sociedade civil é um lugar de contestação (jamais dado ou natural), de associações e redes onde são forjadas lutas e alianças, identidades e valores éticos. Visões antagônicas são

⁹ Para mais, ver capítulo 4 – Teoria dos novos movimentos sociais, em *Sociologia da Ação Coletiva*, de Agripa Alexandre (2018).

¹⁰ Conforme aponta GOHN (1997, p.52): “Os novos movimentos sociais falam mais de uma autogestão que de um sentido de história, e mais de democracia interna que da tomada de poder.”

mobilizadas em uma luta contínua a fim de manter a hegemonia cultural de grupos dominantes ou para afirmar a contra hegemonia de grupos minoritários (ALEXANDRE, 2018a). Touraine e Melucci ainda apresentam a sociedade civil como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas, formulação de novos projetos, criação de novos valores e identidades coletivas (COHEN, 2004 apud. ALEXANDRE, 2018a) sendo um conceito-chave também para ilustrar as relações sociais que o ambientalismo tem configurado internacionalmente.

Por fim, o potencial de *interação comunicativa* de que fala Habermas (2012) permite que se pense a ação coletiva ampliada com o advento das redes sociais da *Internet*. Trata-se do uso da racionalidade comunicativa (em contraposição a racionalidade técnico-instrumental), capaz de criar padrões éticos universais que possibilitem a construção de comunidades políticas mais solidárias. A internet é a ferramenta com um potencial de difusão de uma ainda maior variedade e amplitude de temas, além de contar com a participação dos diferentes atores na esfera pública em tempo real, denominado tempo virtual por Castells (2013), um tempo específico das relações interacionais que se democratizam (ALEXANDRE, 2018a). Para a metodologia inovadora proposta por Alexandre (2018a) utilizada no presente trabalho, o conceito de *cyberativismo* se apresenta como central, visto que diz respeito a maior forma de luta do movimento ambientalista para difundir normas culturais, influenciar decisões políticas e tendências populares nos primeiros vinte anos do século XXI, e será explanado no Capítulo 4.

2.3 A questão ambiental e as Relações Internacionais (RI)¹¹

Com o avanço da pauta ecológica na agenda internacional, os estudos de RI passaram a incorporar as questões ambientais, cujo impacto gera a indagação sobre a possibilidade de tais questões poderem ser tratadas por meios tradicionais ou se são irreconciliáveis com a prática atual. No primeiro caso, as questões ambientais são simplesmente adicionais; se for o último, essas questões são potencialmente transformacionais. A importância para as RI decorre de tais preocupações práticas porque a teoria e a prática estão interligadas e, como o ambiente desafia a prática existente, também levanta novas questões às quais a teoria das RI deve responder (PATERSON, 2000; SANT'ANNA; MOREIRA, 2016).

¹¹ Quando há a abreviação RI, considera-se a referência ao campo disciplinar.

Os desafios práticos óbvios da mudança ambiental global, todavia, ainda não transformaram a teoria de RI - nem mesmo muito a prática. Geralmente, as questões ambientais são enterradas em textos de RI sob outros títulos e com pouco reconhecimento de seu significado teórico exclusivo (PATERSON, 2000). Não obstante, após haver um desenvolvimento teórico e algum progresso prático, uma vasta literatura surgiu, predominantemente dentro da perspectiva liberal. Como historicamente as teorias ortodoxas de RI estão centradas no 'Estado', não é surpreendente que esta tenha sido uma característica central dessas abordagens, cuja resposta à degradação ambiental tem sido de natureza institucional, com foco na cooperação internacional e no ordenamento e gestão do sistema interestadual. Isso emerge claramente da literatura sobre a teoria do regime internacional e suas contribuições (KRASNER, 1982; YOUNG, 1989; KEOHANE; HAAS; LEVY, 1993), as quais depositam a confiança nos regimes ambientais internacionais¹² como solução para as mudanças ambientais globais.

Paterson (2000), todavia, expressa críticas de duas naturezas à teoria dos regimes apropriada pela teoria neoliberal, em sua vertente institucionalista. A primeira está focada na forma de atuação dos estados os quais, empiricamente, não agem como "atores racionais". O autor usa o exemplo de Keohane (1984), em que os Estados não articulam ou ordenam suas preferências durante as negociações climáticas. Nesse contexto, "suas práticas podem ser interpretadas de forma mais plausível como uma busca coletiva, isto é, intersubjetivamente, por novas normas para ajudar a gerar ações para responder às mudanças climáticas"¹³ (PATERSON, 2000, p. 15). A outra crítica é de natureza teórico-política, segundo a qual a teoria de regimes se insere em três problemáticas: i) pelo comprometimento com uma visão demasiadamente estreita sobre o que são as relações internacionais (interações entre Estados soberanos em um ambiente anárquico); ii) por considerar uma noção liberal da economia política (de que os Estados e o mercado são esferas separadas da vida social); iii) pelo comprometimento com uma visão positivista sobre os propósitos das CSH, o que limita a quantidade e o tipo de questionamento que podem ser levantados (PATERSON, 2000, p.16-17).

¹² Krasner define um regime como um "conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão explícitos ou implícitos em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das relações internacionais" (1983, p. 2)

¹³ Original: *Their practices can be more plausibly interpreted as searching collectively, that is, intersubjectively, for new norms to help generate actions to respond to climate change* (PATERSON, 2000, p. 15)

No campo neorrealista, o axioma prevalecente de relações competitivas de estado também não conduz à cooperação ambiental nem encoraja o ‘pensamento verde’. Com efeito, a agenda dessa abordagem focaliza nos potenciais conflitos interestatais originados pelas mudanças globais ambientais, sobretudo devido à disputa por recursos estratégicos, a exemplo da escassez hídrica (PATERSON, 2000). Assim, as novas ameaças são apenas adicionais, constituindo o subcampo da “segurança ambiental”, ao mesmo tempo que são ocultadas as formas pelas quais fluxos transnacionais, como as finanças e o comércio, corroboram a produção da degradação ambiental e a instabilidade social (PATERSON, 2000).

A partir disso, constata-se que a incorporação da questão ambiental enquanto “novos temas” pelas teorias dominantes (neorrealistas e neoliberais) demonstra as limitações e incoerências para lidar com a problemática ecológica. Conforme Paterson (2000; 2005), tanto o liberalismo quanto o realismo excluem as questões relativas as ‘causas das mudanças ambientais globais’. Ao excluir tais questionamentos, os autores tradicionais supõem implicitamente que as origens das mudanças são de duas ordens: i) uma “tragédia dos bens comuns” interestatal; e/ou: ii) um conjunto de tendências seculares que são tratadas como exógenas a qualquer investigação conceitual (Paterson, 2000, p. 11).

Tais considerações situam as teorias dominantes no campo das *teorias de solução de problemas*, conforme Cox (1981). A taxonomia de campos teóricos proposta pelo autor parte do critério de ‘propósitos’, em que surgem distintamente: a i) *Problem Solving Theory* (teoria de solução de problemas), que apresenta resposta direta e simples aos problemas, considerada um guia para resolver problemas nos termos de uma perspectiva e problema específicos; consideram as relações sociais e de poder dominantes como enquadramento para a ação, com o objetivo de fazer estas relações e instituições funcionar sem problemas; o mundo se apresenta de forma estática, ahistórica, pois assume um presente contínuo; e a ii) *Critical Theory* (teoria crítica), reflexiva no processo de teorização, por estar consciente da perspectiva no cerne da teoria, e a sua relação com outras perspectivas; é “crítica” no sentido de se distanciar da ordem mundial e dominante e de pôr em causa essa mesma ordem; questiona-se, assim, as origens e os processos de mudança das relações de poder e instituições, além de direcionar-se ao complexo social e político como um todo; por fim, os fatos não podem ser separados da sua gênese social: eles são produtos históricos e sociais e, portanto, o mundo estudado é produto de ideias e da ação humana (COX, 1981).

Um campo crítico da ‘política verde’ das RI, como proposto por Paterson (2000; 2005), sugere que as estruturas globais de poder - sistema estatal, capitalismo, conhecimento

científico e patriarcado - operam de forma interligada para gerar uma dominação do homem sobre a natureza (e sobre as mulheres). Nesse sentido, considera-se a ‘globalização’ e o ‘desenvolvimento’ diferentes aspectos dos discursos dominantes por meio dos quais essas estruturais globais de poder são reproduzidas, em que o combate de um leva inevitavelmente à contestação do outro (PATERSON, 2000; BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Assim, o autor reconhece que defesas das teses de pós-desenvolvimento e decrescimento apontam justamente para a necessidade de superação dessas estruturas rumo a sociedades efetivamente ecológicas, pois o sentido de respeito aos limites naturais e dignidade humana não pode surgir das mesmas estruturas globais de poder que levaram à crise atual (PATERSON, 2000).

A presente pesquisa, por outro lado, compartilha da concepção de Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004) em que a gestão coletiva dos problemas ambientais pode ser realizada a partir da governança ambiental global¹⁴, entendida como um “arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira como os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o sistema ecológico” (CAVALCANTI, 2005, p.1). Para Barros-Platiau, Varella e Schleicher (2004), a GAG visa mediar uma crise ambiental global resguardando as limitações físicas da esfera “Terra” através da definição de políticas e instrumentos na esfera “Mundo”¹⁵, menos centrada nos Estados do que nos regimes internacionais. A ordem assim é produzida e mantida em um mundo sem governo (ROSENAU; CZEMPIEL, 2000), embora considere cada vez mais que os Estados soberanos não são as únicas nem as mais indicadas entidades capazes de cumprir funções de governança.

Sendo assim, pode-se inferir que a expansão das ONGs e demais OSCs foram cruciais para novas perspectivas de gestão coletiva do meio ambiente, quando é evidenciada a

¹⁴ Tanto a governança global como regimes internacionais estão inseridos no mesmo subcampo de estudo, todavia, possuem diferenças. Como aponta Rosenau e Czempiel (2000), o conceito de regimes internacionais é menos abrangente que o de governança global, definido como o conjunto de todos os regimes internacionais. Tendo isso em vista, a governança global está relacionada à ordem global, e não se limita a uma área temática, como acontece com os regimes.

¹⁵ Conforme Barros-Platiau (2004) a crise ecológica origina-se na dualidade Terra-Mundo, inerente ao princípio ativo da civilização, ou seja, em duas realidades nas quais vive a humanidade: uma mais permanente, a Terra, formada por ecossistemas altamente integrados, e o Mundo, uma realidade de sistemas sociais, culturais, políticos e naturais, com um maior grau de desintegração e conflito do que de cooperação e solidariedade.

insuficiência do aparato estatal (e do mercado) para lidar com a crise ambiental global (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Compreendendo as problemáticas da governança global, sobretudo ligadas à promessa de universalidade e às dificuldades a ela inerentes foram acompanhadas da disseminação de um novo formato de ação: a atuação da sociedade civil global através das ONGs e OSCs. Entende-se assim que a atuação por meio desses atores é um dos formatos de ação do movimento ambientalista e o formato de ação de interesse para esta pesquisa (ALEXANDRE, 2018a).

A partir dessa compreensão, identifica-se também uma aproximação do presente trabalho com o entendimento de Cox (1981) em relação às “estruturas históricas”, as quais carregam a importância das ideias e das instituições como forças sociais que devem ser levadas em consideração juntamente com as ‘forças de Estados’ e a ‘ordem mundial’. As aplicações da teoria do Estado ampliado de Gramsci destacam o papel da sociedade civil e de seus aparelhos privados de hegemonia – dentre eles o aparato material da cultura -, abrindo espaço para o estudo dos aparatos midiáticos nas relações internacionais, conforme uma perspectiva crítica (COX, 1981).

Por fim, a perspectiva do *interacionismo simbólico cibernético* adotada nesta pesquisa compartilha premissas que, conforme Nogueira e Messari (2016), dizem respeito a um ponto comum à Teoria Construtivista das RI¹⁶, sendo elas: i) o mundo não é predeterminado, mas sim construído à medida que os atores agem, ou seja, que o mundo é uma construção social; sendo assim, é a interação entre os atores, isto é, os processos de comunicação entre agentes, que constrói os interesses e as preferências destes agentes; ii) a negação de qualquer antecedência ontológica aos agentes e à estrutura; no debate agentes-estrutura, há a negação simultânea que os agentes precedam a estrutura e a moldam para servir seus interesses e suas preferências, e que a estrutura tenha a capacidade de constranger e limitar as opções e, portanto, as ações dos agentes; agentes e estrutura são co-constitutivos uns dos outros, e nenhum precede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar o outro; iii) a relação entre materialismo e idealismo; se, por um lado, os construtivistas não descartam as causas materiais, por outro, consideram que as ideias e os valores que informam a relação do agente com o mundo material desempenham uma função central na formulação do

¹⁶ Conforme apontam Nogueira e Messari (2016), a escola construtivista tem origem diversificada, com raízes trans e multidisciplinares, embora tenha recebido particular encaixe nas CSH, revelando a essencialidade dos processos de construção mútua dos pilares do saber e do agir internacionais.

conhecimento sobre este mesmo mundo; isso significa que os construtivistas não ignoram que exista “um mundo lá fora”, mas consideram que ele só faz sentido a partir do momento que nos referimos a ele, e mediante os meios que usamos para nos referirmos a ele (NOGUEIRA; MESSARI, 2016).

A seguir, foi elaborado o Quadro 1 comparativo que resume as diferenças metodológicas entre as correntes dominantes de RI e a utilizada no presente trabalho:

Quadro 1 – Quadro comparativo das abordagens teóricas

Correntes Teóricas	Características da metodologia científica	Atores sociais relevantes / Compreensão das relações internacionais
Abordagens dominantes (neorrealista e neoliberal)	<p>Positivistas / racionalistas: o conhecimento surge do engajamento neutro do sujeito com uma realidade objetiva, capaz de descrever o “real” e encontrar suas regularidades, leis, continuidades;</p> <p>Princípios ontológicos, formulados como filosofia social (em “essências”) e empregados como entidades a-e-supra históricas: “Estado”, “sistema”, “estrutura”, “anarquia”, “ordem”;</p> <p>Sociedade e natureza objetos completamente diferentes, analisados por distintas ciências (NOGUEIRA; MESSARI, 2016).</p>	<p>Estados (predominantemente) interagindo em um ambiente anárquico (ou essencialmente anárquico);</p> <p>Foco na cooperação internacional ou nas condições (normas, instituições, regimes) que favorecem a cooperação entre Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2016; PATERSON, 2000).</p>

<p>Interacionismo simbólico cibernético</p>	<p>Sociologia da ação coletiva: a produção de conhecimento reflete propósitos e interesses sociais preexistentes;</p> <p>Trata-se de uma teoria construtivista da comunicação que se apoia na observação cuidadosa dos gestos, linguagem e situações experimentadas coletivamente;</p> <p>Natureza socialmente construída, não há uma natureza separada da sociedade. A sociedade é sempre uma coletividade em se fazendo. Os indivíduos procuram se ajustar mutuamente seguindo linhas de ação em comum e compartilhadas (ALEXANDRE, 2018a; 2018b; NOGUEIRA; MESSARI, 2016).</p>	<p>Sociedade civil global, portadora de símbolos, valores, identidades, a qual guarda relativa autonomia com o Estado e detém a capacidade de produzir uma ordem alternativa (lógica disruptiva da história);</p> <p>Foco nas <i>interações sociais</i> como fenômeno sociológico da experiência imediata (ALEXANDRE, 2018a; 2018b).</p>
---	---	--

Fonte: Elaboração própria.

3 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA E SEU IMPACTO ESTRUTURANTE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente capítulo tem como objetivo explicar o surgimento das principais forças sociopolíticas transformadoras do universo simbólico e político em torno da questão ambiental nas relações internacionais. Para tanto, pretende-se analisar o panorama histórico da última metade do século XX e os fatores que explicam a emergência do ambientalismo e, consequentemente, da questão ambiental como uma temática central nas relações internacionais. Assim, foi realizada a caracterização do movimento ambientalista e seu papel como ator preponderante na política ambiental global, capaz de produzir efeitos na transformação cultural e no surgimento de novos instrumentos de gestão coletiva e de governança no âmbito internacional (ALEXANDRE, 2018a).

3.1 O papel dos atores da Ecologia Política Internacional

Conforme o modelo de análise proposto por Alexandre (2018a), a presente pesquisa destaca dois tipos de ação no papel do ambientalismo internacional: as ações de conflitos, aquelas ligadas a cultura da desobediência civil e as ações de cooperação, que envolvem as redes de solidariedade contra hegemônicas, alternativas e participativas (centrais neste trabalho e explicadas no Capítulo 4). Sumariamente, o ativismo ambiental em nível global visa a construção de uma cultura política¹⁷ simbolicamente centrada em quatro relacionamentos-chave, sejam eles: i) com a natureza; ii) com o tempo; iii) uns com os outros; e iv) com a autoridade e o Estado (BELL, 2000).

O primeiro relacionamento-chave diz respeito ao reconhecimento da natureza como sujeito de direitos. O exemplo citado por Alexandre (2018a) refere-se ao processo em que foi instituído pelo Equador e pela Bolívia, em 2008 e 2013 respectivamente, a defesa da Mãe Terra (*Pachamama*, na língua dos povos andinos das Américas) e sua inserção nos princípios de negociação sobre o clima (apud. CAFIN & STAIME, 2015). Na visão do autor, há ainda o fortalecimento da visão contra hegemônica promovida no interior da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), cuja natureza cooperativa é contrária a lógica do mercado de carbono.

A partir dessa concepção da natureza, outras três formas de relacionamento-chave são introduzidas na agenda internacional. O entendimento do relacionamento com o tempo, o qual passa a extrapolar a linearidade e rigidez relacionadas aos interesses de reprodução do capital, de modo a respeitar os tempos cíclicos da natureza e o compromisso com o bem-estar das gerações presentes e futuras (ALEXANDRE, 2018a). O relacionamento-chave de uns com os outros, sendo a cultura política do ambientalismo também consubstancial à cultura da paz, “vindo daí a ideia de que o ambientalismo é uma nova espécie de ecumenismo, associando-se a diferentes religiões que cultivam a ideia de salvação extramundana” (ALEXANDRE, 2018a, p.126).

E por fim, o relacionamento-chave com a autoridade e o Estado, utilizando-se de técnicas da não violência ativa, contra qualquer forma de autoritarismo. A desobediência civil é “a ação pública intencional não violenta que é própria da política de ação direta em manifestações públicas” (ALEXANDRE, 2018a, p. 126). Existem diferentes estratégias de

¹⁷ O estudo de Alexandre (2018a) é elaborado a partir da abordagem sintética da “cultura política” de David Bell (2000), cuja definição pode ser resumida em: “(a) valores, crenças e atitudes dos indivíduos; (b) símbolos que catalisam sentimentos e crenças sobre a política e a ação política; (c) conhecimentos e percepções politicamente relevantes, inclusive percepções de experiências históricas e noções de identidade; e, finalmente (d) ideologias como agregação de valores e crenças que mantem coerência interna.” (BELL, 2000, p.31)

ação não violenta de associações ambientais. De forma emblemática, está o exemplo da ONG *Greenpeace* com atuações primordiais globais de ocupações, bloqueios, *sit-in* (ou *sit-down*), bem como as ações organizadas em torno da ideia *Reclaim the streets*, tática de tomar as ruas para protestar contra os efeitos poluidores do automóvel e da ausência de lazer não alienado da vida urbana. Embora haja ações violentas de fundo ecológico, com a promoção de conflitos simbólicos de resistência contra as grandes corporações e os governos que as representam, como, por exemplo, os movimentos *Earth First!*, *Black bloc*, a desobediência civil se destaca como eixo de reflexão central dos estudos sobre atores e processos da ecologia política internacional, desde as ações associadas ao pacifismo dos movimentos contrários à Guerra do Vietnã, Guerra Fria na Europa e nos Estados Unidos da América, dos movimentos antiglobalização, do ciberativismo nas redes sociais que vieram a promover a Primavera Árabe, até as marchas pacifistas em solidariedade às vítimas de terrorismo (ALEXANDRE, 2018a).

A título de exemplificação, uma série de ações coletivas de ambientalistas brasileiros no sentido da ‘ultrapassagem de valores’ são refletidas em:

- 1) ações coletivas especificamente conservacionistas orientadas para lutar contra a depleção e pela utilização racional dos recursos naturais, desde a coletiva seletiva à produção sem agrotóxico em larga escala pela agricultura familiar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
- 2) ações coletivas preservacionistas que se dirigem à preservação da flora e da fauna de ambientes naturais, como parques e reservas;
- 3) ações coletivas de ambientalistas que se dedicam especificamente à luta contra a poluição urbana e rural;
- 4) ações coletivas dos ecologistas que lutam contra a energia nuclear;
- 5) ações coletivas em favor da tecnologia apropriada, que pretendem criar nichos socioeconômicos de utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental;
- 6) ações coletivas em prol do saneamento básico (água potável, esgoto, lixo), consideradas como parte fundamental do ambientalismo dos países pobres;
- 7) ações coletivas orientadas para o desenvolvimento humano, como os setores mobilizados em prol da valorização de terapias de saúde alternativas como a homeopatia, acupuntura, ioga, *tai-chi-chuan* em escolas, comunidades, bairros e hospitais;

- 8) ações coletivas de ambientalistas preocupados com a salvaguarda da paz nos contextos locais e globais;
- 9) ações coletivas de ambientalistas liderados por mulheres que associam a questão ambiental à valorização da sensibilidade feminina e à inclusão dos direitos a um tratamento diferencial para a sua condição de oprimidas pela lógica da produção masculina; e
- 10) ações coletivas de ambientalistas dos atingidos por barragens e obras públicas de grande impacto, bem como ações coletivas associadas com seringueiros, índios e comunidades rurais e tradicionais que se destacam por tematizarem questões incomuns à lógica da produção de mercadorias das sociedades urbano-industriais. (ALEXANDRE, 2018b, p. 51 apud. VIOLA; VIEIRA, 1992, p. 53).

Assim como visto no Capítulo 2, a dinâmica de atuação na sociedade civil global reflete um lugar dos conflitos na sociedade onde se aglutinam diferentes interesses, expectativas e valores, fazendo com que as sociedades historicamente mudem através destes conflitos (CASTELLS, 2003). Na próxima seção será feita uma exposição acerca do panorama histórico e suas transformações ao longo da última metade do século XX, almejando desse modo analisar como o movimento ambientalista se firma como uma ‘ação coletiva’ deliberada no cenário internacional (ALEXANDRE, 2018a).

3.2 O ambientalismo como movimento político internacional: breve histórico e formas de luta

A década de 60 marca o ressurgimento da consciência ecológica nas sociedades modernas, desmistificando o “mito da abundância” do modo de produção capitalista. Os movimentos ecológicos que surgiram entre 1960 – 1980 são, nesse cenário, parcialmente herdeiros da cultura socialista e particularmente da crítica marxista da ética utilitarista (RAMOS, 1981 apud. VIOLA, 1987 p.2), embora passem a incluir fundamentalmente a crítica a relação sociedade-natureza. Com efeito, os movimentos ecológicos e pacifistas se constituem num ponto de inflexão na história da mobilização social e da ação coletiva: trata-se de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras

de classe, nacionalidade, sexo, raça e idade (VIOLA, 1987; CASTELLS, 1999b). As primeiras ações dos ambientalistas, assim, atuaram no sentido de ampliar os horizontes de reflexão, estabelecendo um ativismo político muito mais parecido com um futuro de integração a natureza e mais afastado da sociedade que condenavam, tal como os grupos ligados ao preservacionismo¹⁸ (VIOLA, 1987; ALEXANDRE, 2018a). Os ecologistas ainda apoiam os princípios básicos desse *devoir*, que podem ser resumidos em quatro:

- 1) a sociedade não é apenas a expressão de um modo de produção;
- 2) a sociedade não é a expressão de uma instituição política;
- 3) não se pode pensar que a economia se opõe à natureza (crítica da economia clássica), e o conhecimento científico da dominação sobre ela deve ser questionado e reorientado;
- 4) a crise de captura de energia para a sobrevivência humana é central e não diz respeito apenas ao problema do petróleo e nuclear (JOURNES, 1979, p. 241-242 apud. ALEXANDRE, 2018a, p.)

Segundo Viola (1987), para os pensadores da ecologia política de 1960 e 1970, o maior desafio à prática da democracia liberal era colocado pela situação de “escassez ecológica”, isto é, pelo reconhecimento de limites e coações a atividade humana na biosfera, entendida como um sistema de recursos finitos. Essa situação de escassez ecológica requereria a autoimposição de controles globais que garantissem as condições mínimas para o funcionamento equilibrado da biosfera, pois

A democracia liberal estimula a superexploração competitiva de recursos escassos, os estilos de vida consumistas, a liberdade entendida como capacidade ilimitada de ação individual, os jogos de poder irresponsáveis, o imediatismo e descompromisso com as gerações futuras. A democracia contemporânea, além de capitalista na sua base socioeconômica, é predatória na sua relação com a natureza (VIOLA, 1987, p.5).

Por estas razões, em busca de efeitos práticos mais imediatos, o ambientalismo passou a influenciar as dinâmicas promotoras de instrumentos institucionais de controle, fiscalização e resolução de conflitos, dos governos e dos fóruns oficiais internacionais (ALEXANDRE,

¹⁸ O *preservacionismo* está ligado a uma corrente ideológica que aborda a proteção da natureza independentemente de seu valor econômico e/ou utilitário, considerando o ‘homem’ como causador da quebra do “equilíbrio natural”. A ideia, portanto, é propor a criação de santuários, intocáveis, sem sofrer os impactos da “ocupação humana” e, conseqüente, degradação ambiental. De caráter explicitamente protetor, esse movimento foi responsável pela criação de parques nacionais, como o Parque Nacional de Yellowstone, em 1972, nos Estados Unidos.

2018a). Nesse caminho, a cultura do ambientalismo se associa aos processos relacionados ao campo de, pelo menos, três diferentes ordens de disputas entre: 1) ONGs (algumas delas capturadas por interesses de empresas que promovem a ‘maquiagem verde’ (*greenwashing*) e grupos comunitários, em escala local e internacional; 2) Instituições estatais de controle ambiental e mercado; e 3) Instituições científicas internacionais para o estudo das várias questões e problemas ambientais globais (desertificação, controle climático, laboratórios de genética, parcerias industriais de redução da poluição, uso e eficiência dos materiais, etc.) que disputam prestígio e reconhecimento públicos (ALEXANDRE, 2018a, p.126).

Nesse ínterim, devido à emergência da consciência ecológica promovida pelo movimento ambientalista, e também da divulgação científica sobre a degradação ambiental, a temática ambiental entrou na agenda política dos países, e na década seguinte adentrou a agenda internacional, inclusive se institucionalizando nas organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Como descreve Sachs (2000, p. 118, grifo nosso):

a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, durante a qual o “meio ambiente” surgiu na agenda internacional, foi proposta inicialmente pela Suécia, preocupada com chuva ácida, poluição no Báltico, e os níveis de pesticida e metais pesados encontrados em peixes e aves. Uma assim chamada **internacionalização massiva** que estaria ocorrendo por mero acaso projetou sua sombra antes de seu surgimento: o **lixo industrial escapa à sobra nacional**, não se apresenta na alfândega, não usa passaporte. Os países descobriram que não eram entidades autossuficientes, mas sujeitos à ação de outros países. Assim surgiu uma nova categoria de problemas: as “**questões globais**”.

Pela primeira vez os problemas da degradação do meio ambiente provocados pelo crescimento econômico são percebidos pelo Estados em suas dimensões globais que superam amplamente diversas questões pontuais que eram arroladas nas décadas de 50 e 60 pelas agências estatais de meio ambiente dos países desenvolvidos (VIOLA, 1987). Embora criticada pela falta de definição de ações específicas ou sanções para os participantes, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) em Estocolmo (1972) teve um papel importante em gerar reconhecimento sobre a temática, além de traçar os princípios de um incipiente sistema de governança ambiental global (GAG) (CAPINZAIKI, 2015).

Ademais, entre a CNUMAH em Estocolmo (1972) e a CNUMAH no Rio de Janeiro (1992), diversos avanços no entendimento do funcionamento da biosfera foram realizados,

tanto pela promoção de redes de pesquisas de ONGs quanto por programas¹⁹ criados dentro das organizações internacionais, os quais formam as *comunidades epistêmicas* (destacando-se o IPCC) assim conceituado por Hass (1992)²⁰. Através da politização dessas iniciativas, consolidou-se um consenso, hoje também sustentado por toda comunidade científica: intervenções humanas na natureza são de tal magnitude que causam mudanças e efeitos irreversíveis sobre a estrutura e funcionamento dos ecossistemas (no organismo, a população, as comunidades, as paisagens, mas também ao nível da biosfera), daí a urgência de uma ação internacional preventiva baseada no princípio ético e político da precaução (GARCIA, 2005; MILANI, 2008; BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004). Gradualmente, “a governabilidade dos mais graves problemas ambientais foi deslocando o seu eixo do interior dos Estados-nação para a comunidade internacional” (SANT’ANNA e MOREIRA, 2016, p. 221), corroborando a visão de que, embora os problemas se apresentem em cenários nacionais, as soluções são globais (VIOLA; LEIS, 1991).

Estimulados pela internacionalização da pauta ambiental, assim, diversos grupos surgiram como novos formatos de ação do movimento ambientalista. Nessa ocasião, é extremamente importante reconhecer o papel preponderante das Organizações Não Governamentais (ONGs) transnacionais que atuam no âmbito local e global e são, na maioria das vezes, independentes dos sistemas políticos nacionais. A denominação genérica ONGs foi criada pela ONU em 1950 para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de OIs não oriundas de acordos governamentais, ou seja, provenientes da iniciativa privada, e atuantes no âmbito supranacional (PRINCEN; FINGER, 1994). Para os estudiosos das ONGs internacionais, Princen e Finger (1994, p.5-6), as principais forças desses atores estão em: i) atrair a atenção da mídia para algumas questões urgentes de uma forma que poucos outros atores conseguem por seus canais de comunicação; ii) promover redes de apoio – ou oposição – a políticas ambientais através de *lobby* políticos; e iii) fornecer o conhecimento científico e centrado na Terra, pelos fortes laços com comunidades científicas e terrestres, como as comunidades indígenas ou agrícolas.

¹⁹ Posterior a CNUMAH foram criados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA-ONU), o Programa Observação da Terra (*Earthwatch*), que monitora as diversas formas de poluição, e a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

²⁰ Embora o estudo de Hass (1992) relacione as comunidades epistêmicas com os regimes internacionais a partir de um caráter estadocêntrico (isto é, referenciando sempre os efeitos das ações das comunidades epistêmicas em relação a reação dos Estados), pensamos que seja possível relacionar a existência de uma comunidade epistêmica a outros fenômenos políticos, ou seja, estender os seus “efeitos” para outros níveis de análise.

Embora o poder de barganha das ONGs não se baseie nos recursos de poder tradicionais do território e dos exércitos, dados do estudo de Princen e Finger (1994) apresentam a exponencial emergência de ONGs ao redor do mundo, capazes de movimentar milhões de dólares e angariar contribuições para exercer suas funções internacionalmente. Na América Latina e Caribe, por exemplo, houve a formação de mais de 6.000 ONGs, a partir da década de 1970. Na década de 1980, o *World Wildlife Fund* (WWF) dos Estados Unidos contribuiu com 62,5 milhões de dólares para mais de 2.000 projetos em todo o mundo, além de somar mais de um milhão de membros na virada do século. De 1985 a 1990, a adesão ao *Greenpeace* aumentou de 1,4 milhão para 6,75 milhões de membros e as receitas anuais foram de 24 milhões para cerca de 100 milhões de dólares. Além disso, o *Greenpeace* tinha cinco afiliadas estrangeiras em 1979, mas em 1992 tinha escritórios em vinte e quatro países em todo o mundo. Outro exemplo, *European Environmental Bureau* congregava 126 ONGs ambientalistas em 1991, tinha 20 milhões de sócios distribuídos em 21 países europeus e dispõe de acesso direto na Comissão Europeia (PRINCEN; FINGER, 1994, p.2-3).

Concomitantemente, a partir do acirramento dos conflitos socioambientais distributivos durante a década de 1980, houve também o surgimento de um movimento social chamado de Justiça Ambiental²¹. Originado nos Estados Unidos, esse movimento surgiu em contestação a casos, geralmente locais, de contaminação tóxica, poluição hídrica, obras geradoras de forte degradação ambiental e ameaças a biodiversidade. Conforme a estruturação política do grupo, uma série de estudos e análises sobre a (in)justiça ambiental foram realizadas também no campo acadêmico. Conforme Acserald, Mello e Bezerra (2008), a conclusão das pesquisas apontava a correlação direta entre os impactos ambientais e critérios de raça e classe social. À medida que os estudos avançavam, articulações internacionais foram se formando com entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, intelectuais, com o intuito de denunciar e combater o denominado “racismo ambiental” que escancara a distribuição desigual dos riscos ambientais e sociais. Como resultado crucial do movimento, dessa forma, estava a formulação dos princípios e estratégias de luta, instruídos a “fazer se reconhecer identificar por uma série de outras experiências

²¹ “A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o "meio ambiente" é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservado, respeitado e realizado plenamente as identidades individuais e de grupo, e a dignidade e autonomia das comunidades.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2008, p. 16)

mundo afora” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2008, p. 25). Conforme Alexandre (2018a, p. 131):

É neste contexto que passou-se a utilizar a inteligência demonstrativa por excelência anuncia a contra expertise como meio de demonstrar publicamente os riscos sociais e ambientais ocultos na produção da ciência como ideologia. Como tal, dissemina uma prática democrática de uso contínuo pelos movimentos sociais (ACSELRAD, AMARAL e BEZERRA, 2008; 2014). A inteligência demonstrativa também está na origem do processo de divulgação da ciência com consciência (MORIN, 2008).

Se é possível conceber uma divisão de fases do movimento ambientalista desde seu momento inaugural, as décadas de 60, 70, 80 até o início da década de 90, marcam um “período de grandes expectativas, de crítica política e de otimismo dos verdes”, contra as consequências negativas da industrialização, e da sociedade moderna com um todo, a partir do engajamento contra cultural (ALEXANDRE, 2018a, p.131). Denota-se, no decorrer desse processo, a evolução de mecanismos da governança ambiental global (GAG), quando normas e instituições caracterizadas pela inserção de atores não-estatais passam ser formadas e a influenciar a dinâmica internacional, num contexto em que “os ecologistas vislumbravam a dinâmica de democratização de todos os espaços da vida social em favor da emancipação das minorias políticas como uma saída segura” (ALEXANDRE, 2018a, p. 129) e atuantes na formação incipiente da sociedade civil global. Assim, esses atores emergiram como articuladores de políticas internacionais, principalmente, formadoras de consenso e de padrões de conduta globalizados (BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004; CASTELLS, 1999b). Como distintos elementos, vigoravam:

- i) a crítica à economia de livre mercado e ao socialismo estatal; ao questionarem a insustentabilidade do modelo produtivista e predatório de desenvolvimento baseado no crescimento econômico pela modernização produtiva/tecnológica;
- ii) as pesquisas científicas acerca da problemática ecológicas e as propostas de revisão dos padrões de produção e consumo, através de publicação de livros e artigos, tornando-os obras clássicas, como *Primavera Silenciosa* (1962) de Rachel Carson e *A Tragédias dos Comuns* (1968) de Garrett Hardin, com severas críticas a esse último;
- iii) a reação às catástrofes decorrentes de atividades industriais que impactaram negativamente a natureza e as populações locais, como a explosão da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, a intoxicação de mercúrio na baía de Minamata, no Japão;

- iv) o questionamento a fontes de energia alternativas a partir das crises do petróleo que colocaram a sociedade internacional em alerta, a respeito da possibilidade de escassez de alguns recursos naturais, considerados essenciais para aquela época (PATERSON, 2000; LEIS, 1999; INGLEHART, 1997; LEFF, 2006; VIOLA, 1987; ALEXANDRE, 2018a).

Os vínculos de diversos movimentos que proliferavam em uma enorme gama de países passaram a convergir em concepções e símbolos importantes sobre as razões das causas ambientais e necessidade de mudança paradigmática civilizacional, consolidando uma ‘ação coletiva’ no cenário internacional. A próxima seção pretende a compreensão em torno das mudanças na forma de atuação do movimento ambientalista concebidas a partir do advento da ‘globalização’, as quais representam o momento de articulação com outros seguimentos sociais, originando a fase de ‘profissionalização’ ou ‘socioambientalismo’.

3.3 Como a globalização neoliberal redefine as condições de luta por justiça social e ambiental

A partir dos anos de 1960, como visto, diversos acontecimentos motivaram a realização de conferências e diversas outras mobilizações políticas para tratar de temas socioambientais globais e da relação entre desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente. Todavia, a dimensão crescente e exponencial dos desafios coincidiu com a consolidação da globalização neoliberal na esfera da economia-política, sobretudo a partir da década de 90. A política ambiental global, nesse contexto, foi atingida em cheio pelo pensamento centrado na “modernização ecológica”. Tal termo ficou conhecido por designar uma série de estratégias de cunho neoliberal para o enfrentamento do impasse ecológico, o qual não apresenta uma coerente articulação com a questão da desigualdade social (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). A estratégia da modernização ecológica ou ecomodernista é aquela que propõe:

coniliar o crescimento econômico com a resolução de problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso interestatais Além de legitimar o livre-mercado como melhor instrumento para equacionar os problemas ambientais, esta concepção procurou fazer do meio ambiente uma razão a mais para se implementar o programa de reformas liberais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 14).

Desta forma, a partir da lógica que acredita na ‘racionalidade do mercado’ e tenta encaixar a questão ambiental ao pensamento desenvolvimentista e economicista, a ideologia neoliberal passou a constituir o pensamento ecológico dominante nos meios político, empresarial e nas agências multilaterais, sobretudo defendido pelos países desenvolvidos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Efetivamente, as transformações econômicas ocasionadas pela globalização, representada pela liberalização e desregulamentação do movimento de capitais, intensificou o deslocamento produtivo do centro orgânico capitalista para as regiões periféricas (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 2011). A partir da década de 90, esta dinâmica passou a ser forma de atuação predominante de megacorporações, sobretudo originárias do Centro Capitalista, com o objetivo de adquirir os ganhos do desenvolvimento de empreendimentos poluidores sem sofrer as consequências ambientais diretas, uma vez que transferem a degradação para os países da Periferia. Acselrad, Mello e Bezerra (2009) explicam como o contexto de “guerra econômica incontornável”, marcado pela competição crescente e acirrada, levou a governos e forças sociais de países subdesenvolvidos terem que ceder cada vez mais às pressões de megacorporações transnacionais em busca de regiões com ausentes ou fracos marcos regulatórios ambientais e sociais, devido, sobretudo, a relação de dependência de investimentos externos para gerar renda e emprego, de modo que:

Essa norma de aceitação - a admissão de projetos de investimento social e ambientalmente regressivos - é constituída por meio da "**desregulação imposta pelos capitais** dotados de maior mobilidade espacial. Caso não se aceitem as condições requeridas pelos grandes empreendimentos - isenções fiscais, favores fundiários, **flexibilização das normas ambientais**, urbanísticas etc.-, o empreendedor acena com a perspectiva de ir para outra localidade no interior do país ou para outro país. A mobilidade acrescida dos capitais resultante do processo de liberalização e da abertura econômica - permite às grandes empresas proceder a essa espécie de "**chantagem locacional**" com seus investimentos. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 135-6, grifo nosso).

Assim, a relação entre os detentores do capital, dotados de maior mobilidade, e atores sociais mais restritos a localidade, concebeu uma nova correlação de forças na busca pelo acesso e distribuição de recursos ambientais. Em nome do “desenvolvimento a todo custo”, esse processo tornou populações e governos locais reféns de um mecanismo que promove situações de trabalhos precários e altos riscos ambientais. Em razão disso, durante os fóruns internacionais, as nações desenvolvidas junto com as grandes corporações transnacionais são acusadas de serem especialistas em “exportação” dos riscos sociais e ambientais para os

países pobres (ALEXANDRE, 2018a), a exemplo do Fórum de Justiça Climática, realizado em Haia, Holanda, durante a 6ª Conferência das partes da Convenção Mundial sobre Mudança Climática (COP), entre os anos de 2000 e 2001. Nessa ocasião, houve a demonstração de como indústrias poluentes instaladas nas periferias desses países expõem as populações mais pobres aos processos de alteração do microclima. Na verdade, a abordagem “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” constitui uma das características definidoras dos embates Norte e Sul globais nas conferências internacionais, quando as negociações passam a refletir sobre as causas das mudanças ambientais globais e a “dívida ecológica” (ALIER, 2007; CANCIO; CAMPELO, 2006).

Nesse sentido, a nova configuração neoliberal redefiniu a forma de luta contra a “exportação da injustiça ambiental”. A resistência, conforme Acselrad, Mello e Bezerra (2008), foi concebida pelo movimento ambientalista, em aliança com o movimento sindicalista, sem-terra, comunidades indígenas, pequenos agricultores e pescadores e demais movimentos sociais, que passaram a se mobilizar para fazer frente a perda de direitos adquiridos através de ‘redes interlocais’. Estas iniciativas procuram estabelecer uma forma de ação política que evite o simples deslocamento de empresas para onde a chantagem da criação de emprego e receitas fiscais não funcione e se ausentem de regulamentação ambiental. Criam-se, dessa maneira, instrumentos de pressão e conscientização de uma rede articulada capaz de limitar a lógica de ação destas grandes corporações, atuando em vias judiciais se necessário (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Além do mais, o apoio tanto material quanto midiático das ONGs expandiu significativamente a reverberação das problemáticas para a sociedade civil, ampliando a difusão de informações, mobilizando bases de denúncia a governos e empresas, criando *lobbys* contra a institucionalização de políticas anti-ecológicas e difundindo a cultura da sustentabilidade através da ligação entre o local e o global (KECK; SIKKINK, 1998; PRINCEN; FINGER, 1994).

Essas mudanças do movimento ambientalista refletem a fase de ‘profissionalização’, assim denominada pela adesão dos ativistas verdes a atuação em projetos sociais com outros seguimentos das vias institucionais públicas e privadas (VIOLA; LEIS, 1991), quando inclusive há a fundação dos primeiros partidos verdes. A ideia principal é angariar maior reconhecimento público através da divulgação de experiências concretas de ‘tecnologias verdes’ e difusão de valores e formas de vida ecologicamente harmônicas pelos ambientalistas, particularmente entre a juventude de diversos países (INGLEHART, 1997 apud. ALEXANDRE, 2018a).

Um marco político e simbólico das ações coletivas do movimento ambientalista desta fase é representado pelas mobilizações durante a CNUMAH, no Rio de Janeiro, em 1992²². Nesse contexto,

Embora as ONGs já viessem se organizando em forma de redes, fóruns, coalizões e, por meio delas, promovendo campanhas internacionais de advocacy em diferentes áreas, a primeira vez que as OSCs se encontram – em maior densidade e peso político – para discutir os problemas locais e globais foi na Eco-92 (TREVISOL, 2007, p.25),

Como apontam os dados de Princen e Finger (1994, p. 208), mais de 4 mil pessoas, representantes de cerca de 1400 ONGs, possuíam autorização para participar na conferência oficial. Ademais, EUA, Canadá, Nova Zelândia, Índia, França, Austrália, Finlândia, Holanda, Dinamarca, Inglaterra, Noruega, Suécia e Suíça, incluíram ONGs em suas delegações. A disputa simbólica se deu durante a definição de normas e princípios e de mecanismos de controle, quando a mobilização e a influencia das ONGs e demais OSCs foram cruciais para a elaboração dos documentos do comitê preparatório (PrepCom), realizado no ano antecedente, e pela redação do preâmbulo da Agenda 21 e dos Princípios da Floresta, além de documentos relacionados aos temas dos povos indígenas e das mulheres, todos resultados da CNUMAH (DO LAGO, 2007; WEISS *et al.*, 2012).

Não obstante, é na Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, referenciada frequentemente como ‘Conferência Paralela’ ou ‘Fórum Global’, que simultaneamente cerca de 2500 OSCs estavam representadas na realização de 400 reuniões oficiais organizadas, além de centenas de outros eventos, atraindo um público de 500 mil pessoas aproximadamente (LEIS, 1993). Como aponta Waldman (1992), ainda que as conferências tenham sido realizadas simultaneamente, as posições apresentadas eram conflituosas, pois entidades que participavam do Fórum Global acusaram os representantes da Conferência Oficial de estarem “sequestrados” pelo pensamento ecomodernista, inclusive na disputa acerca do conceito de “desenvolvimento sustentável”²³ (BOFF, 2012). Em contrapartida, os participantes do Fórum Global militavam pela defesa de uma nova sociedade planetária, cuja governança incluísse novos atores sociais (não-estatais) e apresentasse

²² Também referenciada como Eco-92, Rio-92, ou ainda Cúpula da Terra.

²³ “Trata-se de um extenso relatório publicado em 1987, que adquiriu o sugestivo título de *Nosso Futuro Comum*, construído por uma comissão da ONU presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que sedimentou o Desenvolvimento Sustentável como uma nova estratégia de desenvolvimento do capitalismo. É um documento que prega o mercado como gestor do meio ambiente e o Estado como regulador das compensações econômicas.” (DE OLIVEIRA, 2016, p.46)

medidas mais radicais no sentido da justiça social e ambiental para a resolução da problemática ambiental global (WALDMAN, 1992). A Figura 1 e a Figura 2 ilustram a participação de diversas lideranças mundiais representativas dessas exigências.

Ainda assim, conforme o estudo comparado de Corell e Betsill (2001), os impactos das ações coletivas das ONGs foram fundamentais nas conferências internacionais promovidas para discutir a questão ambiental nos anos 90. O quadro analítico desenvolvido pelas pesquisadoras, baseado em documentos, entrevistas e observação de participantes, aponta que as ONGs ambientais influenciaram o processo de negociação da Eco-92, e as subsequentes Convenção de Desertificação (1994) e Protocolo de Kyoto (1997), por meio do enquadramento de temáticas, fixação de agendas, além de moldar as posições principais de estados e o resultado final (os elementos textuais de procedimento e substância). Constatase, nesse sentido, a redistribuição de poder a atores não-estatais na GAG, como também a promoção de dinâmicas participativas e associativas originadas a partir destas convenções, responsáveis por descentralizar a coordenação e tomada de decisões das burocracias estatais (CORELL; BETSILL, 2001; WEISS *et al.*, 2012). Ademais, a questão ambiental, assim como os movimentos envolvidos na discussão, foi colocada nos holofotes da mídia tradicional. No levantamento de Do Lado (2007), sete mil jornalistas, fotógrafos e técnicos cobriram o evento, representando agências de notícias, redes de TV e rádio, jornais e revistas.

Em suma, ao mesmo tempo que a globalização representa a “desordem ecológica” provocada pelo deslocamento produtivo mundial, a dimensão de politização da temática ecológica avançou no sentido da democratização da cultura da sustentabilidade durante este período (ALEXANDRE, 2018a). Nesse sentido, a articulação internacional do movimento ambientalista é elemento central para compreender os impactos estruturantes nas relações internacionais, cujo potencial motivou a nova compreensão acerca da ‘mudança social’ nas novas leituras teórico-práticas relatadas no Capítulo 2.

A partir da década de 90, efetivamente, as ferramentas originadas através das grandes transformações em torno das tecnologias de informação e comunicação (TICs) souberam ser aproveitadas de forma cada vez mais eficiente pelo ativismo ambientalista (CASTELLS, 2007; ALEXANDRE, 2018a), a ser analisado no próximo capítulo.

Figura 1 - Foto do icônico cacique Raoni, grande ativista e liderança indígena, durante a passeata do evento Fórum Global



Fonte: WALDMAN (1992)

Figura 2 – Fotografia da Severn Suzuki, garota canadense membra da *Environment Children's Organization* durante seu famoso discurso na cerimônia de abertura da Eco 92



Fonte: Revista VEJA. Acesso em: <https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/eco-92/>

4 A CENTRALIDADE DA QUESTÃO AMBIENTAL NOS PRIMEIROS VINTE ANOS DO SÉCULO XXI

Como visto no capítulo anterior, a discussão ambiental forjada pelos movimentos ecológicos ultrapassa as fronteiras territoriais dos estados (ALEXANDRE, 2018a), pressionando a postura estadocêntrica dos governos para uma lógica transnacional e multicêntrica. Não somente, outros fenômenos têm contribuído para a conscientização e sensibilização da sociedade civil global em torno das questões ambientais. Destacam-se, em resumo, pelo menos dois com impacto semelhante ao do ativismo ambiental de desobediência civil: o aprofundamento do conhecimento sobre o funcionamento da biosfera, que tem conferido legitimidade às discussões sobre mudanças climáticas; e a difusão da proposta de um novo modelo de civilização alternativo por meio das diversas OSCs, com pautas que incluem o veganismo como uma ética do cuidado e a criação de partidos animalistas (ALEXANDRE, 2018a; CASTELLS, 1999b).

Em consonância com esses movimentos, o ativismo ambiental vem passando por uma *guinada comunicativa*, notadamente, por exemplo, para ampliar o uso da deturpação simbólica da informação, a luta festiva, a guerrilha semiótica, etc.²⁴ (ALEXANDRE, 2018a). Nesse sentido, o presente estudo observou que diferentes grupos da sociedade civil usam de técnicas de desobediência civil, de vídeos, fotografias, artes gráficas e pesquisas para propagação da informação a fim de promover a cultura ambientalista e a sensibilização aos problemas e riscos socioambientais, bem como fortalecer as redes de apoio à causa ecológica (CASTELLS, 2007; ALEXANDRE, 2018a). Assim, este capítulo visa descrever como se constituem as formas de luta mais presentes e analisar os exemplos emblemáticos do papel do ambientalismo internacional responsáveis pela permanência simbólica da questão ambiental na centralidade das relações internacionais desde os primeiros vinte anos do século XXI.

4.1 Ciberativismo

²⁴ Os termos dessa guinada podem ser percebidos na medida em que a linguagem passa a expressar formas de vida que incorporam a cultura política da ecologia e não os termos herméticos da linguagem das ciências ambientais como antropoceno, ecologia sistêmica, ecologia profunda, etc. que são restritos a um público acadêmico especializado. Nesse sentido, a menção aos valores da ecologia como prática de vida e hábito social redefiniu o sentido da prática do ambientalismo enquanto linguagem. Um exemplo importante é a valorização da agricultura ecológica a partir da produção e comercialização de produtos do MST, da cultura do veganismo e da política do cuidado de um ecofeminismo emancipatório.

A atuação em rede do movimento ambientalista encontra interações sociais na ‘sociedade em rede’ pregada por Castells (1999a). Apoiada pela internet²⁵, a sociedade em rede amplia a capacidade de formação de novas identidades culturais, como lembra o autor, regidas pela vida sustentável, que visa reconstruir a sociedade global em bases ecologicamente viáveis e socialmente mais justas. Na verdade, como apontam Hansen (2013) e Castells (1999b), as principais ONGs ambientais já nasceram com um pé no sistema de comunicação global. O caso internacionalmente mais conhecido é o do Greenpeace, que desde cedo se assentou em táticas midiáticas e publicitárias especialmente na construção imagética dos acontecimentos – ações diretas não violentas com imagens espetaculares – percebendo que era mais eficaz captar a atenção do espectador para disseminar suas ideias e atividades do que interpor ações em tribunal, mesmo em lugares que o aparato judicial funcione bem (HANSEN, 2013).

Neste contexto, o foco do estudo da ecologia política internacional está muito mais nas relações da sociedade civil global virtual do que em espaços formais de deliberação do conjunto de instituições estatais e internacionais. As análises se direcionam sobretudo à observação e à teorização a respeito da ação coletiva através das mídias eletrônicas que alimenta formas de empoderamento: o ciberativismo (ALEXANDRE, 2018a). Por empoderamento, entenda-se o processo político de tomada de posição capaz de alterar a dinâmica de funcionamento da esfera pública a favor da sociedade civil. Ademais, “o sentido de ciberativismo não está restrito a uma única dimensão” (ALEXANDRE, 2018b, p. 117), pois o poder de articulação e organização através da internet permite com que se produzam manifestações de rua aliadas à publicização e à comunicação pela internet, apresentando vários conteúdos com o intuito de denunciar atitudes de empresas e governos ambientalmente incorretas, desmentir o discurso da mídia hegemônica tradicional e/ou apresentar a “cultura verde” como um antídoto à cultura do consumo desenfreado proposta pela globalização (CASTELLS, 1999b).

Historicamente, a internet militante da década de 1980 se beneficiara da redução expressiva dos custos de edição, difusão e produção de conteúdo, saindo de uma produção centralizada (de um ator, para muitos atores difusores e produtores de conteúdo) para alcançar a maior acessibilidade e sofisticação das ferramentas das redes sociais, quando passa a privilegiar a produção de muitos para muitos (ALEXANDRE, 2018b). Entre 1999 e 2000 esse

²⁵ Atualmente (2021), mais de 4,6 bilhões de pessoas tem acesso a internet no mundo, segundo um levantamento realizado pela Cuponation, o qual utiliza as ferramentas de base de dados da Statista. Fonte: <https://www.statista.com/statistics/617136/digital-population-worldwide/>

fenômeno midiático permite a formação de um militante individualizado passando a fazer o uso do videoativismo com as seguintes características: 1. produção de contrainformação (movimento de rádios comunitárias); 2. educação política; 3. produção e difusão anônima de conteúdo desfilhada das mídias centrais; e 4. multiplicação de pontos de vista (CARDON; GRANJON, 2013 apud. ALEXANDRE, 2018b, p. 119-120).

Com o intuito de diferenciar as manifestações de ciberativismo, esta seção está dividida em três dimensões de análise: a dimensão contra-hegemônica, a dimensão alternativa e a dimensão participante da ecologia política internacional. A mídia contra hegemônica elabora um tipo específico de crítica à mídia dominante, através do uso da palavra, se atendo a sustentar que essa mídia seria o principal vetor de propaganda do poder econômico e político. Conforme Alexandre (2018a, p.133):

A história da mídia contra-hegemônica começa, por exemplo, em 1996, quando, a partir de Chiapas, é lançada a Rede Intercontinental de Comunicação Alternativa, a fim de marcar o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Liberalismo. Ela vem a formar uma lista de discussão na Internet com o intuito de compartilhar informação entre membros da resistência em escala mundial.

São criados contra discursos, vigiando e denunciando a mídia dominante, o seu modo de funcionamento, sua ideologia e práticas. É criticada a hegemonia cultural, a busca ao lucro, o sensacionalismo, a má distribuição das prioridades de agenda política e do esforço por parte de parlamentares de marginalizar propostas alternativas para a sociedade em função de seus interesses pessoais. Nesse contexto, os atores contra hegemônicos estão integrados dentro dos espaços de debate dos fóruns sociais ou coordenam ações para representar a sociedade civil diante de diversas conferências de temas e interesses diversos (meio ambiente, gênero, agricultura, populações indígenas, quilombolas, etc.) (ALEXANDRE, 2018b).

Por sua vez, a mídia alternativa ou independente prioriza a produção de informação como um instrumento de emancipação, mais do que um meio de luta contra a dominação da mídia hegemônica. Os ativistas independentes atuam à margem daqueles fóruns, eventos e conferências contra hegemônicas através de manifestações de desobediência civil e da ação testemunho. No período de 2000, surge a *IndyMedia* (Central de Mídia Independente), caracterizando-se por uma auto-gestão cosmopolita, praticando jornalismo de forma aberta, minimizando o controle de conteúdo e as relações de autoridade. Essa mídia permite com que indivíduos façam publicações quase que ao vivo, ou instantaneamente em diferentes línguas e formatos, apoiando as denúncias contra forças de repressão do Estado, defendendo os menos

favorecidos (ALEXANDRE, 2018b) além de cobrir e politizar a cobertura de manifestações e eventos públicos, com filmagem de piquetes e repressão policial (CASTELLS, 2013 apud. ALEXANDRE, 2018a, p. 135). Em termos de legado histórico dessa mídia alternativa, também se considera o papel das feministas reunidas em Beijing (China) em 1995 para realização de 4ª Conferência Mundial das Mulheres promovida pela ONU, que consagrara a internet como uma ferramenta essencial de coordenação e mobilização em escala mundial para além das tratativas formais do evento (ALEXANDRE, 2018b, p. 119), ampliando o debate e produzindo conteúdo próprio.

Existe também o caso de hibridismo entre a mídia contra hegemônica e a mídia alternativa. A respeito disso é importante ressaltar o movimento revolucionário da mídia popular. No caso do Brasil, foi criado, pelo Partido dos Trabalhadores, na década de 1970, a TV dos trabalhadores, incentivando a produção da radiodifusão comunitária, apoiando as causas mais variadas, como, por exemplo, a causa indígena e a causa feminista (ALEXANDRE, 2018b, p. 119).

Por último, ainda há a dimensão participativa, aquela relacionada à comunicação na internet, porém não necessariamente da comunicação de oposição à mídia tradicional. A mídia participante se apresenta como uma extensão da mídia independente, com a distinta característica de ser mais plural, tanto em relação a produção de conteúdo como em suas formas de circulação. Este fenômeno é composto por públicos livres e criam uma indistinção maior entre o produtor e consumidor de informação. Aqui, situam-se os inúmeros dispositivos interativos como chats, fóruns, listas de discussão, sítios de contribuições de pessoas com livre edição de conteúdo. Assim, esta mídia é representada pelo tipo de mídia *self*, exclusiva do indivíduo, concebendo um fenômeno social que espetaculariza o reconhecimento da singularidade identitária de cada indivíduo segundo modos comunicativos que se prolongam cada vez mais na internet (ALEXANDRE, 2018b; CASTELLS, 2001). São práticas de promoção de amizade, trocas amorosas, valorização profissional e de entendimento político, a exemplo dos *blogs*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*. Ainda que generalizadas, essas formas de expressão contribuem para a articulação da sociabilidade entre os atores através de suas práticas culturais amadoras e suas diversas formas de expressão. Esta forma de mídia torna o jornalismo mais reflexivo e ativo, em função da interação jornalista-público leitor (ALEXANDRE, 2018b). Neste contexto, a vigilância e a contra informação sob a forma de contra expertise também constituem fenômenos que impactam as práticas de investigação

jornalística. Paralelamente, desenvolve-se um tipo de ativismo diferente na internet, que é o objeto central desse estudo:

a nova cultura participativa que é profundamente irônica, insolente, e pronunciada na primeira pessoa, sem formalidades; a linguagem pode ser afetuosa em alguns casos ou até mesmo agressiva e reacionária, direta, informal e próxima do interlocutor (ALEXANDRE, 2018a, p. 137).

Esta nova cultura da internet faz alterar os diversos espaços públicos introduzindo uma forma mais forte de subjetividade na produção e no comentário da informação; desfazendo a fronteira entre informação e diversão; rompendo com a personificação dos eventos públicos; e fixando um liame entre a cultura de massa e a cultura política, de uma maneira que lembra os surrealistas, uma vez que trazem temas marginais para o centro do debate político (CASTELLS, 2013 apud. ALEXANDRE, 2018a, p. 138). Reunidos na mídia participante estão diferentes grupos com alto capital cultural, como ecologistas, críticos de publicidade, da precariedade das liberdades individuais e coletivas, críticos da mobilidade urbana, artistas, grupos de teatro, de ciclistas e outros adeptos da promoção de atividades que introduzem elementos inusitados ao cotidiano, como a luta festiva, a guerrilha semiótica, reivindicando o direito ao escárnio, a deturpação simbólica e paródica da informação (CARDON; GRANJON, 2013; CASTELLS, 2007).

Conforme apontam Gardon e Granjon (2013), blogs, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* promovem a cultura da competição política, deslocando o centro de gravidade do debate público para os espaços mais diversificados, críticos e autônomos em relação às práticas e espaços públicos abertos para o debate político antes do avanço tecnológico, da maior acessibilidade a internet e das redes sociais. A mobilização informal da mídia participante está caracterizada pela i) espontaneidade; ii) descentralização; e iii) forte reação (ALEXANDRE, 2018b, p.124). Foi observado que estas três características estão presentes na “cobertura midiática dos movimentos populares, dos conflitos socioambientais e eventos dramáticos que são documentados por atores, vítimas e testemunhas dos fatos” (ALEXANDRE, 2018a, p.138).

Segundo Castells (2007 apud. ALEXANDRE, 2018), toda esta nova mídia participante insere a comunicação de massa individualizada no espaço público. Forma-se, deste modo, um processo híbrido de empoderamento e participação dos indivíduos que generaliza a participação aberta, a reflexividade, o autodidatismo, a experimentação e a reapropriação do uso da palavra. A partir de concepção habermasiana, a linguagem é

essencialmente democrática e, em si, um fenômeno teleológico que apresenta seu próprio desenvolvimento prático-moral (HABERMAS, 1997 apud ALEXANDRE, 2018b). O agir comunicativo é uma esfera da vida social baseada num devir que exige cooperação mútua entre os falantes. Ela é ao mesmo tempo coordenação lógico-racional e coordenação de regras simbólicas de conduta social. É por esta razão que a democracia, enquanto dominação racional-legal (direito) exercida por intermédio da coordenação de consentimento entre povo e governante, necessita ser sempre comunicada publicamente através de princípios de validade universal (HABERMAS, 2012).

O desenvolvimento da democracia enquanto modo de vida está em sintonia com o entendimento da tradição reflexiva da ecologia política, na medida em que a desobediência civil funciona como demonstração pública de insatisfação democrática (ALEXANDRE, 2018a). Nesse sentido, a próxima seção discute as principais representações desse movimento nos primeiros vinte anos do século XXI.

4.2 A capacidade de demonstração pública do ativismo ambiental global

Conforme os estudos de Rosental (2011 apud ALEXANDRE, 2018a), a expressão “demonstração pública” se refere originalmente à propaganda capitalista da ciência para a promoção de sua imagem como progresso tecnológico, a exemplo da propaganda da indústria aeroespacial (astronautas de agências espaciais e seu papel para o avanço da ciência) em várias formas de demonstrações públicas acerca da inovação científica, assim como de anunciantes de *smartphones* para seus proprietários como ícones da revolução tecnológica ou estrelas do esporte que vinculam seu alto desempenho aos produtos esportivos que utilizam. Entretanto, como destaca Alexandre (2018a, p. 139):

a demonstração pública também é uma forma de **interação social** capaz de promover e estruturar diversas formas de novas relações sociais. Ela é um processo e, como tal, permite uma ponte de **diálogo entre a ciência, a técnica e os espaços sociais**. Rosental não a reduz a uma política de convencimento científico-mercantil, de espetáculo teatral que visa à obtenção de vantagens lucrativas para as empresas, pois, dependendo do espaço social em que ela aparece, dela pode **florescer a criatividade, a contestação e o fortalecimento da democracia** (apud. ROSENTAL, 2011, grifo nosso).

Ademais, conforme Rosental (2007; 2013) existe uma necessidade elementar, imperativa e inevitável de persuasão pública nas democracias modernas. Nesse sentido, a aplicação de ferramentas comunicativas é capaz de produzir convencimentos através de

relatos, estatísticas, programas de informática, informativos de governo em revistas e sites, vídeos, protestos, palestras com especialistas a serem oferecidas a administradores públicos, políticos e industriais como um produto de mercado e de investimento (ALEXANDRE, 2018a). Esse fenômeno de manifestações públicas é classificado como *inteligência demonstrativa por meio do interacionismo simbólico cibernético* por Alexandre (2018a), o qual se expressa mais recentemente a partir das manifestações empíricas do ativismo ambiental global. No caso do ambientalismo, é uma linguagem apoiada em evidências científicas que permite contradizer a própria natureza da criação e o processo de inovação científica. Essa forma de ativismo constitui um movimento associado à comunidade epistêmica internacional após ganhar peso extraordinário nos litígios sobre questões ambientais quando os cientistas passaram a se posicionar publicamente (ALEXANDRE, 2018a). A constituição de uma “cultura da virtualidade real”, denominada por Castells (2001) se dá em um espaço de articulação do simbólico (meio virtual), no qual a produção da imagem se torna tarefa cotidiana no estabelecimento das interações sociais.

Sendo assim, o objetivo central dessa seção é apresentar quatro exemplos acerca de como ONGs ambientalistas, cientistas e demais OSCs da sociedade civil global, reunida em fóruns e/ ou em interação eletrônica constroem e aperfeiçoam constantemente uma política linguística no sentido de influenciar e de promover a política internacional em torno da cultura ecológica, quase sempre confrontando outras estratégias poderosas de convencimento da parte de seus oponentes. Em geral, o esforço dos ecologistas reside na desconstrução de discursos, apoiando-se na comunicação ampliada sobre evidências científicas a respeito da crise ambiental, do uso valioso de tecnologias verdes e da necessidade de mudanças comportamentais. As ilustrações selecionadas são as seguintes: 1. *Fórum Social Mundial*; 2. *A Rio+20 que não queremos*; e 3. *Marcha Global pelo Clima e as Greves Climáticas*; e 4. *Extinction Rebellion*;

4.2.1 *Fórum Social Mundial (FSM)*

O FSM é fruto da mobilização e redes de ONGs ambientalistas e sociais e demais OSCs do mundo inteiro para protestar contra os efeitos da globalização neoliberal. Dentre os antecedentes, uma das maiores demonstrações de força política ocorreu durante a 3ª Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Seattle, EUA (MILANI, 2008; TREVISOL, 2002). Na ocasião, a ‘coalizão de Seattle’ utilizou habilmente a

internet para mobilizar os protestos de desobediência civil - bem como para reproduzir as repressões policiais que ocorreram – cujos efeitos foram capazes de tornar a conferência (da organização internacional que rege o comércio global) um fracasso (TREVISOL, 2002). Houve também forte presença do movimento ambientalista (Figura 3), destacando-se o exemplo icônico de Vandana Shiva, física, ecofeminista, pertencente à comunidade epistêmica internacional, que faz a denúncia contra a transgenia alimentar, e esteve presente nas mobilizações que barraram a rodada da OMC que debateria a otimização e aceleração do processo de mercantilização de alimentos geneticamente modificados (ALEXANDRE, 2018a).

Dessa forma, como consequência de uma série de iniciativas contra hegemônicas, alternativas e participantes de diferentes setores, surgiu o FSM, considerado o exemplo mais emblemático de desobediência civil já institucionalizado (ALEXANDRE, 2018a), retratado na Figura 4. A primeira realização ocorreu, em 2001, na cidade de Porto Alegre, Brasil, reunindo cerca de vinte mil participantes, quando houve troca de experiências e preparações para novas ações e projetos de iniciativa popular provenientes de todos os continentes. Conforme elucidada Trevisol (2002), o FSM emerge em um contexto econômico-político de “consensos neoliberais” e procura dar respostas a ele, denunciando as ações de atores nacionais e internacionais cujas decisões negam os direitos de cidadania para bilhões de pessoas. Para o autor:

[o FSM] mobiliza a imaginação e a vontade política dos cidadãos para que construam espaços de luta política local e transnacional; aproxima atores da sociedade civil e suas distintas agendas para que, ao perceberem suas semelhanças e diferenças, identifiquem também os espaços e os modos mais apropriados de mobilização e luta (TREVISOL, 2002, p.38).

Em suma, há mais de 18 anos, a representação do FSM é simbólica da capacidade de criação de redes próprias de organização e comunicação a partir de diversos movimentos em lugar de contestação e luta por cidadania não restrita a fronteiras geográficas e culturais (TREVISOL, 2002). Alexandre (2018a apud. Rosental 2007) ainda considera o evento uma política linguística de convencimento científico não neoliberal – em oposição ao Fórum Econômico Mundial²⁶-, pois difunde experiências concretas de diferentes modelos econômicos, tais como economia ecológica, de gestão comunitária de recursos naturais renováveis, de práticas da economia solidária e de reciprocidade, representativas do *slogan* do

²⁶ Em caráter de provocação e impacto simbólico, a data do evento ocorre na mesma data do Fórum Econômico Mundial, o qual representa a ideologia neoliberal com a reunião das elites econômicas para debater o capital financeiro em Davos, Suíça (BRENOL, 2004; ALEXANDRE, 2018a).

fórum: *Um outro mundo é possível!*. Sendo assim, para Brenol (2004), o FSM pode ser considerado um espetáculo social, uma vez que desafia a lógica da mídia hegemônica e constrói sua base sob uma rede de comunicação autônoma, independentemente do poder econômico, de investimento milionário em campanhas de publicidade.

Por fim, é notória magnitude que FSM tomou ao longo dos anos²⁷, tornando-se responsável por dinamizar a cultura política do socioambientalismo, o qual não surpreendentemente é caracterizado como o catalisador da eclosão da Primavera Árabe, vide diversas edições do fórum realizadas no mundo árabe (ALEXANDRE, 2018a apud GRAJEW, 2011).

Figura 3 - Cartazes denunciando a degradação ambiental do comércio internacional estiveram presentes nas manifestações que reuniram mais de 50 mil pessoas em Seattle, EUA



Fonte: Site da organização Town Hall Seattle. Acesso em: <https://townhallseattle.org/event/wto-protests-20th-anniversary/>

²⁷ A primeira edição contou com cerca de vinte mil participantes, em 2001. Já na terceira edição havia cem mil participantes, de 130 países diferentes. Fonte: FSM. Disponível em: < <https://wsf2021.net/13-eventos-fsm/>>.

Figura 4 – Foto durante a III edição do evento em Porto Alegre, RS, Brasil, em 2003.



Fonte: Site da Agencia Brasil. Acesso em:
http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/agenciabrasil/files/gallery_assist/3/gallery_assist639162/3fde217c5a560.jpg

4.2.2 *A Rio +20 que não queremos*

O segundo exemplo de política de demonstração pública está no repúdio ao documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20. Vista como um grande fracasso da liderança coletiva, a Rio +20 produziu um documento sem substância e sem nenhum compromisso real para colocar o mundo rumo a um futuro sustentável na avaliação de inúmeros ambientalistas e cientistas presentes (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012; WWF, 2012; GREENPEACE, 2012; FOEI, 2012).

Por esta razão, diversos movimentos ambientalistas que participaram da conferência divulgaram uma carta intitulada *A Rio+20 que não queremos* (2012), promovendo a denúncia e a conscientização de que o documento oficial não assumiria qualquer compromisso, metas e

nem previsão de recursos que viessem a comprometer os países. Na carta e nas entrevistas à época, diversas entidades e lideranças ambientalistas fazem alarde sobre a situação a que se tinha chegado, muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nos últimos 20 anos, desde a Rio-92. Novamente, a mobilização ambientalista internacional ocorreu em um evento paralelo à conferência oficial, simbolizando a autolimitação da sociedade civil global face às estratégias de cooptação de governos e corporações internacionais (ALEXANDRE, 2018a; WWF, 2012; GREENPEACE, 2012; FOEI, 2012). Como compreende Alexandre (2018a, p.141):

“a independência, a pluralidade e a privacidade garantidas pela prática política do ambientalismo mundial são em si também demonstrações públicas de interação social capazes de promover e estruturar diversas formas de novas relações sociais”.

As críticas foram direcionadas àqueles que agiram em nome de interesses velados, além de protegerem as próprias máquinas que ajudam a destruição do planeta. Nesse contexto, grupos da sociedade civil em todo o mundo encontraram uma voz unida, denunciando o trabalho dos políticos e dando as costas às promessas vazias em que perderam a confiança (ALEXANDRE, 2018a). Em entrevista a *ClimateChange News*, Kumi Naidom, Secretário Executivo do Greenpeace International, disse: “Uma coisa ficou clara. Não podemos continuar a colocar nossa fé no líder político que muitas vezes está nos bolsos das grandes corporações poluidoras e prefere servir aos interesses das grandes corporações do que servir aos interesses das pessoas comuns.” (SMITH, 2012). Da mesma forma, constam no documento oficial emitido pela *Cúpula dos Povos na Rio +20 por Justiça Ambiental e Social*, o evento paralelo, os trechos:

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de **um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências** entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadore/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito a cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências. [...] As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a **captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade** e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial (DECLARAÇÃO, 2012, p.1, grifo nosso).

Em termos de impacto na cultura política mundial, estes documentos dos ambientalistas representam não apenas demonstrações de empoderamento e capacidade de contestação. Como aponta Alexandre (2018a), ela veio a delimitar formalmente o espaço público mundial como sendo um espaço tripartite entre sociedade civil global, mercado e estado. A partir dessas e de outras modalidades de delimitação pública, tem lugar uma nova consciência do tempo político em que os atores e processos do ambientalismo internacional detêm cada vez mais, pela sua capacidade de rebeldia (da juventude, em particular), protagonismo e legitimidade (ALEXANDRE, 2018a). Consequentemente, as OSCs presentes decidiram não assinar o documento final elaborado na CNUDS.

Outro ponto relevante diz respeito a forma como ambientalistas utilizaram a mídia participativa e independente durante o evento, utilizando a inteligência demonstrativa para divulgar uma série de iniciativas desde o setor privado aos governos locais representativas de um modelo alternativo de desenvolvimento discutido na conferência oficial (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012), inclusive discutindo o significado do discurso acerca da ‘sustentabilidade’ (BOFF, 2012). Ademais, também houve a disseminação em massa da *hashtag*²⁸ *#endfossilfuelsubsidies*²⁹, tornando-se a maior citação durante o evento na plataforma digital Twitter, e a comunicação dos perfis de ONGs que movimentaram as redes sociais com chamados para mobilizações para a Marcha Global (Figura 5), a exemplos da Greenpeace, WWF, Friends of Earth, aproveitando a oportunidade para angariar novos militantes e sensibilizar a sociedade civil em torno da temática ecológica (SMITH, 2012).

²⁸ *Hashtags* são palavras-chave acompanhadas por um símbolo hash (#) que podem servir, entre outras funções, para coordenar tweets sobre um tópico compartilhado.

²⁹ Tradução: acabe com os subsídios dos combustíveis fósseis.

Figura 5 - Pessoas e grupos de todas as partes do Mundo participaram da Marcha Global, performando em protesto contra as inações políticas em relação ao meio ambiente, nas ruas do Rio de Janeiro, em 2012.



Fonte: *blog do Vardelan*. Acesso em:
<https://vanderlan.files.wordpress.com/2012/06/atualizados2brecentemente1791.jpg>

4.2.3 *Marcha Global pelo Clima e as Greves climáticas*

A terceira ilustração emblemática de demonstração pública é referente as mobilizações da sociedade civil do mundo inteiro, as quais se organizam pela internet e se tornaram constantes partir de meados da década de 2010. A primeira grande mobilização ocorreu em setembro de 2014 nas vésperas da Cúpula do Clima, evento convocado pelo então Secretário Geral da ONU, Ban Ki Moon que contou com a presença de 120 chefes de Estados e tinha o intuito de antecipar o início das discussões que ocorreriam na Conferência das Partes (COP-21) em Paris, no ano seguinte. Houve protestos em 144 países, totalizando 2.808 eventos, com destaque para a cidade sede, Nova York, que contou com a presença do próprio prefeito da cidade Bill de Blasio, o secretário-geral Ban Ki Moon, do ex-vice-presidente dos EUA Al Gore e os atores Mark Ruffalo e Leonardo DiCaprio, que se juntaram a milhares de

manifestantes na marcha (THE GUARDIAN, 2012). As iniciativas demonstraram a capacidade de coordenação de uma enorme coalizão de grupos climático e ativistas, cujo intuito é exigir medidas mais concretas sobre o aquecimento global, além de mostrar aos líderes mundiais e delegados presentes que o mundo está atento e consciente das decisões e posturas na reunião.

No ano seguinte, a segunda onda de protestos pretendeu pressionar ainda mais durante a realização da COP-15, em Paris. Tratou-se da maior mobilização popular sobre a questão climática (até aquele momento), com a presença de mais de 785.000 participantes, distribuídos em 175 países³⁰. A exigência da Marcha Global pelo Clima era o firmamento de um tratado climático que estivesse de acordo com as realidades da ciência e os princípios da justiça. A mensagem de demonstração pública, respaldada pelas pesquisas do IPCC era: *Mantenha os combustíveis fósseis no solo e financie uma transição justa para energia 100% renovável até 2050*, demandando “menos palavras e mais ação” (350.org, 2015).

Doravante, uma série de protestos mobilizados se tornou regular, com destaque da juventude sobretudo motivada por Gretha Thumberg, 18 (Figura 6). Em 2018, a jovem liderança do ativismo ambiental criou a iniciativa de greves estudantis, denominada *Fridays for Future* (“sextas-feiras pelo futuro”) que se espalhou pelo mundo inteiro, concebendo um movimento internacional de crescimento exponencial e consolidado. Como tática, os alunos entram em greve todas as sextas-feiras e saem das escolas em todo o mundo para chamar a atenção e incentivar as ações contra as mudanças climáticas. As manifestações tomam as ruas para desafiar governos e o discurso da mídia tradicional sobre a crise ecológica. Essas iniciativas seguem um esquema intensivo de base semelhante usado por outros movimentos nos últimos anos, no qual o desafio não é apenas mobilizar os apoiadores para comparecer no protesto, mas também desenvolver espaço online para agregar atenção do público à ação (FRIDAYS FOR FUTURE, 2021).

A partir de um levantamento estatístico, a pesquisa de Boulianne, Lalancette e Ilkiw (2020) revelou que, durante o período de 2017-2019, inúmeras hashtags são recorrentemente *trends* na plataforma do Twitter, como #ClimateAction, #ClimateEmergency #SchoolStrike4Climate #FridaysForFuture durante as manifestações. Tais ações são responsáveis por aumentar substancialmente a busca por informações sobre as mudanças climáticas e sobre as ONGs e OSCs ambientais, revelando um padrão de conexão da ação local com processos globais ao analisar as conexões dos *tweets* dos usuários da rede social

³⁰ Fonte: 350org. Link para acesso:

(BOULIANNE; LALANCETTE; ILKIW, 2020). Concluiu-se, assim, que por meio das mídias digitais, em expressões contra hegemônica e participativas, há o fortalecimento da base da ação coletiva, caracterizada por elementos de ‘solidariedade’, ‘apego emocional’ e ‘coesão do grupo’ conforme apontou o estudo. Além disso, encara-se o movimento como forma de preencher a lacuna nos processos institucionais que atualmente não são projetados para envolver os cidadãos nas decisões políticas globais, de modo que são majoritariamente utilizadas para questionar, contestar e/ou apoiar decisões da mídia, organizações políticas, públicas, privadas ou governamentais relacionadas a crise climática (BOULIANNE; LALANCETTE; ILKIW, 2020).

Os protestos *Fridays for Future* seguem ocorrendo em diferentes lugares no mundo, seja nas ruas ou virtualmente, representando a força estudantil em mobilizações de demonstração pública. Conforme informa o site do grupo, já são mais de 16 milhões de estudantes que já participaram das manifestações, abrangendo 220 países e somando mais de 119 mil eventos já realizados (até 2021), exercendo “pressão moral sobre os formuladores de políticas, para ouvirem os cientistas, e tomar medidas energéticas para limitar o aquecimento global” (FRIDAYS FOR FUTURE, 2021). Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se aulas online informativos, rodas de conversa, abaixo-assinados, ações diretas em órgãos públicos e participação na ‘greve global pelo clima’, que atraem cada vez mais jovens estudantes para o ativismo ecológico.

Figura 6 - A ativista ambiental Greta Thunberg discursa durante ato *Fridays for Future* pelo clima em Berlim, na Alemanha (24/08/2020)



Fonte: Tobias Schwarz/AFP. Acesso em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/09/24/greta-thunberg-movimento-fridays-for-future.ht>

Figura 7 - Estudantes protestam na Alemanha pedindo medidas efetivas contra as mudanças climáticas no movimento internacional 'Friday for future' (15/03/2019)



Fonte: G1 Globo. Jens Meyer/AP. Acesso em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/03/15/estudantes-vao-as-ruas-em-protesto-global-contramudanca-climatica.ghtml>

Figura 8 - Estudantes em Roma, na Itália protestam 'Friday for future' (15/03/2019). Tradução do cartaz aponta: “Mude o sistema, não o clima”.



Fonte: Site G1 Globo. Jens Meyer/AP. Acesso em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/03/15/estudantes-vao-as-ruas-em-protesto-global-contra-mudanca-climatica.ghtml>

4.2.4 *Extinction Rebellion (XR)*³¹

Como quarta e última ilustração, considera-se o caso de uma recente ONG ambientalista que vem ganhando centralidade na mídia (inclusive na hegemônica) devido a suas práticas de desobediência civil: a *Extinction Rebellion* (XR, na sigla adotada). Originada no Reino Unido, em 2018, este movimento ambientalista global ganha notoriedade pela rápida ascensão, pelo discurso radical, pelas táticas adotadas e pela larga utilização de ações performáticas nas manifestações ocupação dos espaços públicos, retomando às práticas de dramatizações das origens do movimento ambientalista, como demonstram as Figuras 9, 10, 12 e 13. São três as principais demandas iniciais do grupo – embora variem de acordo com as especificidades de cada localidade:

- 1) *Dizer a verdade*; o(s) governo(s) deve dizer a verdade sobre a existência de uma emergência climática e ecológica; trabalhando com outras instituições para comunicar

³¹ Tradução: “Rebelião de Extinção”

a urgência da mudança conforme as informações e conhecimentos da comunidade científica;

- 2) *Agir agora*; o(s) governo(s) deve agir agora para interromper a perda de biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa para zero líquido até 2025;
- 3) *Ir além da política*; o(s) governo(s) deve criar e ser liderado pelas decisões de uma Assembleia Cidadã sobre clima e justiça ecológica; a ideia advém da necessidade de uma “dimensão deliberativa” nas democracias (comentada no Capítulo 2) que seja formada por cidadãos e atendidas pelos governos, evitando o problema de curto prazo da reeleição de cargos de políticos;
- 4) Após a expansão da ONG para outros países, outra demanda foi incluída: Exigimos uma transição justa que priorize as pessoas mais vulneráveis e a soberania indígena; estabeleça reparações e remediação lideradas por e para os negros, indígenas e comunidades pobres por anos de injustiça ambiental, estabeleça direitos legais para os ecossistemas prosperarem e se regenerarem perpetuamente e repare os efeitos do ecocídio contínuo para prevenir a extinção de seres humanos e todas as espécies, para manter um planeta habitável e justo para todos (XR, 2021a).

Figura 9 - Ação performática contra a exploração de petróleo no Parque Nacional de Virunga (02/10/20)



Fonte: XR Université de Goma. Acesso em: <https://rebellion.global/blog/2021/05/17/xr-goma-street-performance-dance-action/>

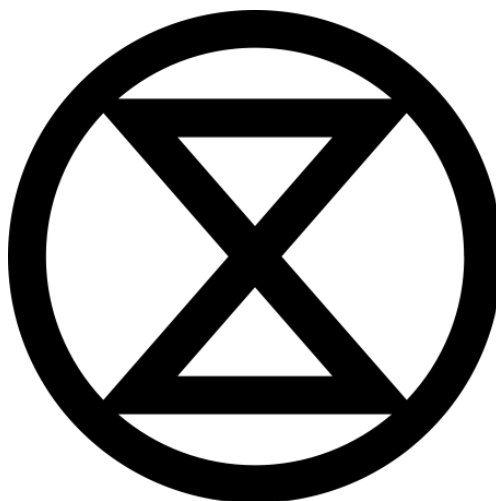
Figura 10 - Os ‘Red Rebels’ apresentando ao parlamento alemão a chave para reduzir as emissões. Escritos: “*mudança nos transportes, mudança agrícola, mudança energética, mudança na construção, mudança no consumo, mudança industrial, emenda constitucional*”.



Fonte: XR Global. Acesso em: <https://rebellion.global/blog/2021/09/10/global-newsletter-55/>

As ações e discursos de demonstração pública e desobediência civil, assim, são enfatizados por membros do movimento ao transmitirem mensagens com sentimento de urgência à população. Como símbolo do movimento (Figura 11), está uma ampulheta estilizada circulado, conhecida como o símbolo da extinção, para servir como um aviso de que o tempo está se esgotando rapidamente para muitas espécies, inclusive a humana (XR, 2021b). De fato, segundo o relatório emitido pela comunidade epistêmica Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES – sigla em inglês), de 2019, mais de 27 mil espécies estão sendo extintas por ano, cujas consequências podem desencadear um efeito-dominó afetando muitos outros sistemas de vida (BRODIZIO *et al.*, 2019). Além disso, nos cartazes e demais manifestações visuais, constam frases e símbolos que representam a “catástrofe climática”, a “emergência”, o “colapso do mundo” (Figuras 12 e 13).

Figura 11 - Símbolo da extinção, utilizado pelo grupo.



Fonte: Site do XR Global. Acesso em: <https://rebellion.global>

Após estudos de estratégias de desobediência civil, o movimento XR estrutura atos com grande impacto social e simbólico. Em abril de 2019, os protestos interromperam o trânsito de Londres por 11 dias, durante os quais os ativistas grudaram seus corpos em trens, marcharam no aeroporto de Heathrow e bloquearam avenidas importantes, inclusive uma ponte inteira. Na ocasião, também utilizaram a recorrente tática de prisão em massa, cuja inspiração está no Comitê dos 100³², quando mais de mil protestantes foram presos (BARCLAY; IRFAN, 2019). Essa tática é utilizada com integrantes que se identificam como “*arrestables*”, ou seja, que dispõem a serem detidos e terem sua ficha criminal manchada, para levar a cabo as ações não violentas que podem acabar em detenção e chamar atenção da imprensa, como mostram as Figuras 12 e 14. Posteriormente, grupos de “apoio aos detidos” ajudam a divulgar financiamentos coletivos para pagar os custos do processo pós-detenção³³.

³² O Comitê dos 100 era um grupo britânico anti-guerra britânico. Foi criado em 1960 com uma centena de signatários públicos por Bertrand Russell, Ralph Schoenman, Michael Scott e outros. Seus apoiadores usaram a resistência não violenta em massa e a desobediência civil para atingir seus objetivos. A ideia de uma campanha de desobediência civil em massa contra as armas nucleares surgiu no início de 1960 nas discussões entre Ralph Schoenman (um ativista da Campanha pelo Desarmamento Nuclear) e Hugh Brock, April Carter (ambos do Comitê de Ação Direta contra a guerra nuclear). Fonte: <https://archive.ph/20121223213037/http://www.archiveshub.ac.uk/news/maryingsleben.html>

³³ A tática de prisão em massa, porém, recebeu críticas por não oferecerem em alguns casos orientação de como as pessoas devem lidar após o processo de detenção, como por exemplo se os detidos deveriam pagar um advogado, dizer-se inocente ou culpado, etc. Ademais ainda há aqueles que apontam como uma tática privilegiada de um grupo formado por maioria de pessoas de “classe média branca”. Entretanto, o grupo encarou as críticas de forma construtiva e emitiu notas explicativas sobre

Em junho de 2019, o movimento lançou uma coleção de ensaios *This is Not a Drill: An Extinction Rebellion Handbook*³⁴, com instruções sobre como fazer rebeliões.

Figura 12 - Ação performática na frente de uma unidade do banco JP Morgan. Legenda no site: “EM CASO DE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, QUEBRE O VIDRO: mulheres XR aguardam prisão após quebrar janelas no JP Morgan (o ‘Pior Banco Mundial’)”



Fonte: Site XR Global. Acesso em: <https://rebellion.global/blog/2021/09/10/global-newsletter-55/>

o intuito do uso da tática (TAYLOR, 2020).

³⁴ Tradução nossa: Isso Não é uma Simulação: um manual do Extinction Rebellion

Figura 13 - XR Cape Town e XR Winelands performando uma ação direta não violenta contra a conferência ‘Africa Oil and Power’.



Fonte: Site XR Global. Acesso em: <https://rebellion.global/blog/2019/10/10/rebel-daily-3/>

Os atos passam a surtir efeitos políticos evidentes, sobretudo no Reino Unido onde as ações são mais frequentes. Um estudo realizado pela *YouGov* visou medir o impacto das manifestações no Reino Unido, em que identificou um crescimento exponencial a partir do surgimento da XR no país. Segundo o levantamento da pesquisa, houve um aumento de aproximadamente 15% de entrevistados que passaram a considerar a questão ambiental como a primordial a ser resolvida, totalizando 25% do total (SMITH, 2021).

Ademais, as intervenções nas conferências internacionais são consideradas chaves pelo grupo, momentos em que os protestos são reproduzidos em tempo real para uma multidão de pessoas conectadas nas redes, como feito durante a COP-24 (Figuras 15 e 16). Efetivamente, o uso das novas mídias e redes sociais pelo grupo para divulgação e publicização das imagens das manifestações e ocupações corroboram a consciência ecológica (THACKERAY *et al.*, 2020), onde o palco das dramatizações são expandidos para uma rede global. Tais fatores explicam a rápida ascensão e a expansão para outras nações. Atualmente, são 1194 grupos locais espalhados em 84 diferentes países (XR, 2021c).

Destacam-se ainda as inúmeras correntes afiliadas ao XR, baseadas em identidades compartilhadas, tais como a *XR doctors*, *XR farmers*, *XR muslims* ou *XR scientists*. No caso

desse último, trata-se de um grupo formado por cientistas que elaboram uma série de relatórios, vídeos, documentários e artigos sobre a temática ecológica e política. Na ‘Declaração de Apoio dos Cientistas à Ação Direta Não Violenta contra a Inação do Governo sobre o Clima e a Emergência Ecológica’ (tradução nossa)³⁵, mais de 1650 professores de universidades do mundo inteiro assinaram o documento (XR SCIENTISTS, 2020).

Entende-se, portanto, o XR como um movimento de caráter radical em relação a superação das estruturas de poder do sistema capitalista. Promove-se uma “cultura regenerativa”, nas palavras do grupo, com objetivo de tornar saudável, resiliente e adaptável a relação entre seres-humanos e entre as demais espécies que habitam o planeta. Para tanto, são defendidas decisões políticas sendo tomadas conforme princípios da “democracia participativa”, promovendo autonomia e descentralização em gerar mecanismos para aproveitar e aplicar conhecimentos multidisciplinares e intersetoriais relevantes. Somente com mudanças transformadoras em todos os sistemas sociais, econômicos, culturais e políticos, eles acreditam serem capazes de evitar a extinção (XR, 2021b).

Figura 14 – Ativistas sendo presos durante a tática de prisão em massa



Fonte: Site XR Global. Acesso em: <https://rebellion.global/blog/2020/11/12/xr-unchained-18/>

³⁵ Original: “*Scientists’ Declaration of Support for Non-Violent Direct Action Against Government Inaction Over the Climate and Ecological Emergency.*”

Figura 15 – Marcha massiva na cidade sede da COP-24 em Madrid, na Espanha.



Fonte: Site XR Global. Acesso em: <https://rebellion.global/blog/2019/12/18/newsletter-33/>

Figura 16 - Protestos durante a COP-24 em Barcelona, na Espanha, evidenciando a causa dos povos indígenas e denunciando o genocídio sistemático.



Fonte: Site XR Global. Acesso em: <https://rebellion.global/blog/2019/12/18/newsletter-33/>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central explicar como os principais atores sociais do ambientalismo vem atuando para a permanência da centralidade temática da questão ambiental nas relações internacionais desde os primeiros vinte anos do século XXI. Para introduzir esse debate, foram compreendidos no primeiro capítulo os fundamentos epistemológicos e ontológicos que fundam o campo de pesquisa da ecologia política e sua relação direta com o ativismo ambientalista, por se tratar de uma produção de conhecimento valorativa e política. Explicou-se a adoção do *interacionismo simbólico cibernético* como chave metodológica proposta por Alexandre (2018a), capaz de captar a identidade coletiva do movimento ambientalista e modos pelos quais são difundidos valores contra hegemônicos na sociedade civil global na contemporaneidade. Ademais, evidenciou-se como as teorias dominantes de RI reduzem a complexidade da realidade e não buscam transformar as instituições e o contexto vigentes através de suas epistemologias e metodologias (COX, 1981), principalmente por excluírem as causas das mudanças ambientais globais de suas análises no caso da questão da ecologia política (PATERSON, 2000).

Em seguida, no segundo capítulo do desenvolvimento, foi explicado como o movimento ambientalista se constitui uma ‘ação coletiva’ no âmbito internacional ao longo das últimas três décadas do século XX. Entende-se a formação de um ativismo internacional no sentido de *ultrapassagem de valores* desde sua gênese, visando transformar (radicalmente) a cultura política conforme novos relacionamentos-chave com a natureza, entre os seres humanos, com o tempo e com a autoridade e o Estado (BELL, 2000; ALEXANDRE, 2018a). Com efeito, a emergência de uma consciência ecológica promovida pelo ambientalismo, inclusive favorecida pelos intensos efeitos nocivos das produções industriais já notados em diversas partes do mundo, ensejou a inserção da questão ambiental na agenda internacional (VIOLA; LEIS, 1990 apud. SANT`ANNA; MOREIRA, 2016; SACHS, 2000). Nota-se, entretanto, que a acentuação da crise ambiental e a incapacidade dos agentes políticos tradicionais de responderem satisfatoriamente a ela originaram um campo político especificamente ambiental, onde as ONGs e OSCs desempenham papéis preponderantes. As próprias ONGs foram fundamentais na criação do campo da GAG, e é por meio dela que elas pressionam os governos e os substituem sempre que necessário desenvolvem pesquisas, novos projetos e experiências, apoiam iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, estreitam

relações e parcerias entre os níveis local e global, além de exigirem transparência nas decisões (PRINCEN; FINGER, 1994; ALEXANDRE, 2018a; BARROS-PLATIAU; VARELLA; SCHLEICHER, 2004; VIOLA; LEIS, 1991).

Outras manifestações do ambientalismo internacional foram propiciadas após identificado o caráter sistêmico da crise ecológica. Foi o caso do movimento de Justiça Ambiental, o qual após aprofundar seus entendimentos sobre a temática, identificou a injustiça ambiental através da “imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9). A ‘globalização’, nesse contexto, passou a ser desvendada enquanto um processo responsável pelo deslocamento dos empreendimentos econômicos que geram altos riscos ambientais para regiões menos favorecidas, seja interna ou externamente ao país, sob o critério do “racismo ambiental”. Em resistência às práticas discriminatórias e desiguais empenhadas pelas forças do mercado sob a forma do Estado, das instituições, das corporações e das agências, sequestradas pelo pensamento ecomodernista, houve a redefinição das formas de luta do ambientalismo, com a articulação com outros movimentos sociais, agregando novas funcionalidades em setores institucionais públicos e privados (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Ademais, houve avanços nas formas de atuação da sociedade civil global, promovendo a disputa simbólica e política nas conferências internacionais, fortalecendo as redes de mobilização internacional, expandindo e democratizando mecanismos de governança e gestão coletiva da crise e difundindo valores e iniciativas sustentáveis (ALEXANDRE, 2018a; CORELL; BETSILL, 2001).

Finalmente, o terceiro capítulo elucidou como, a partir da última década do século XX, as práticas do ambientalismo político internacional conceberam o empoderamento de novos atores sociais que aderem as causas ecológicas em função da democratização das novas mídias e redes sociais virtuais (ALEXANDRE, 2018a; CASTELLS, 2003). Tais ferramentas passaram a ser utilizadas como mecanismos de aglutinação e convocação dos participantes para protestos pelo mundo inteiro, estabelecendo um caráter diferenciado dos movimentos sociais anteriores e formando um coletivo em rede, conectado no ciberespaço, heterogêneo e múltiplo (ALEXANDRE, 2018a; CASTELLS, 2003). Os exemplos emblemáticos dos primeiros vinte anos do século XXI, *o FSM, a Rio +20 que não queremos, Greves climáticas e o movimento XR*, selecionados a partir da observação direta, evidenciam a insurgência de movimentos e iniciativas que, ao adentrar na cena política, pretendem legitimação e constroem demonstrações públicas que superam o antropocentrismo da ciência, o discurso da

mídia tradicional, o valor utilitário da natureza, as racionalidades de dominação do Estado e do mercado, rumo a uma transformação paradigmática da história (ALEXANDRE, 2018a; PATERSON, 2000).

Confirma-se, portanto, a hipótese central de que as manifestações cada vez mais constantes da irrupção sistêmica do capitalismo somadas aos esforços político-comunicativos do ativismo ambiental global constituem os fatores cruciais para a permanência da centralidade da questão ecológica nas relações internacionais. A difusão de inúmeras possibilidades de superação da crise ecológica global com ações de desobediência civil e demonstrações públicas é a papel principal desse tipo de ativismo, o que dissemina uma cultura política ecológica.

Por fim, entende-se que a multidisciplinaridade abordada no presente trabalho permitiu repensar as relações internacionais, ao focar em atores e processos da ecologia política internacional marginalizados na disciplina de RI. Nesse sentido, foi possível identificar como ainda estão pouco avançados os estudos do papel das ideias e identidades dos movimentos sociais, através das novas mídias e redes sociais. Tais atores sempre foram capazes de mudar história da vida social e, mais do que nunca, denota-se a urgência da pesquisa e da ação política acerca da temática ambiental e política pois se trata da questão primordial a ser mitigada ou resolvida nos próximos séculos.

Lembra-se que, embora o trabalho tenha focado nas iniciativas contra hegemônicas, não se trata de um movimento linear da história, uma vez que há forte reação das forças do capital tanto no plano material, com avanços sobre terras protegidas, quanto no plano ideológico, com o antiecológico e hiperconsumismo. Nesse contexto, a inevitável transformação do espaço físico global vai exigir novas formas de agir coletivo e compreensões em torno da integração da humanidade à natureza. Torna-se necessário, portanto, expandir a capacidade comunicativa de difusão de valores e experiências concretas da superação da crise, como a agroecologia, o bem-viver, o veganismo, o decrescimento, pós-extratativismo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALEXANDRE, A. F. A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma nova contribuição à crítica do movimento. **Ambiente & Educação**, v. 8, n. 1, p. 73-94, 2003.

_____. **Democracia no Brasil: entre experiências de emancipação e golpismo**. Florianópolis: UFSC, 2016.

_____. **ATORES E PROCESSOS DA ECOLOGIA POLÍTICA INTERNACIONAL ACTORS AND PROCESSES OF THE INTERNATIONAL POLITICAL ECOLOGY** Agripa Faria Alexandre. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 9, n. 1, p.123-147, 2018.

_____. **Sociologia das Ação Coletiva**. 1. ed. Florianópolis: UFSC, 2018. p. 9-153.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BELL, D. A cultura política da sustentabilidade. In KRISCHKE, P. (Org.). **Ecologia, juventude e cultura política**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000, p. 27-58.

BARCLAY, E.; IRFAN, U. Why the climate protests that disrupted London were different **VOX**, 2019. Disponível em: <https://www.vox.com/energy-and-environment/2019/4/24/18511491/climate-change-protests-london-extinction-rebellion>. Acesso em: 5 out. 2021.

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D.; SCHLEICHER, R. T. "Meio ambiente e relações internacionais: Perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate". **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 2, p.2-32, 2004.

BRENOL, M. V. Fórum Social Mundial: um espetáculo da sociedade e outro da mídia. 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5905>

BRONDIZIO, E. S. *et al.* Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. 2019. Disponível em: <https://ipbes.net/global-assessment>. Acesso em 3 out 2021. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3553579>.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOULIANNE, S.; LALANCETTE, M.; ILKIW, D. “School strike 4 climate”: social media and the international youth protest on climate change. **Media and Communication**, v. 8, n. 2, p. 208-218, 2020.

BUENO, B. **A influência do movimento ambientalista nas políticas públicas: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. Brasília, 2016. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

CANCIO, G.; CAMPELLO, L. Divisão Norte-Sul e o Desenvolvimento Sustentável: A Universalidade com Diferenciação Internacional das Responsabilidades Ambientais. **Conpedi Law Review**, v. 2, n. 4, p. 58-74, 2016.

CARDON, D. ; GRANJON, F. **Médiactivistes**. Paris: SciencesPo Les Presses, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A era da informação - economia, sociedade e cultura. 3.ed. v. 1. (Prólogo: a Rede e o Ser; O limiar do eterno; tempo intemporal). São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999b, v. 2, cap. 3. p.141-168.

_____. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;

_____. **Communication, power and counter-power in the network**, 2007.

CAVALCANTI, C. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**. vol. 1, 1-10, 2004, p. 1.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CORELL, E.; BETSILL, M. A comparative look at NGO influence in international environmental negotiations: Desertification and climate change. **Global environmental politics**, v. 1, n. 4, p. 86-107, 2001.

COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DECLARAÇÃO final da Cúpula dos Povos. **OECD JORNALISMO AMBIENTAL**, 2012. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/26168-declaracao-final-da-cupula-dos-povos/>. Acesso em: 6 out. 2021.

DE OLIVEIRA, L. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD-1992 (ECO-92): entre o local e o global, a tensão e a celebração. **Revista de Geopolítica**, v. 2, n. 1, p. 43-56, 2016.

DO LAGO, A. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e a três conferências ambientais das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Thesaurus Editora, 2007.

FINGER, M. Environmental NGOs in the unced process. *In*: PRINCEN, T; FINGER, M. **Environmental NGOs in world politics**. London: Routledge, 1994.

FRIENDS of the Earth International (FOEI). **Send a letter to reclaim the UN from corporate capture**. Disponível em: <<http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/reclaim-the-un-from-corporate-capture>>. Acesso em: 16 out. 2021.

GARCIA, T. S. L. **Desenvolvimento Sustentável e Cooperação Internacional: financiamentos do PPG-7/PDA para o assentamento Riacho das Ostras - Prado (BA)** Dissertação de Mestrado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2005.
GOHN, M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997

GREENPEACE. **Greenwash+20: How some powerful corporations are standing in the way of sustainable development**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/publications/Campaign-reports/Climate-Reports/GreenwashPlus20/>>. Acesso em: 15 out 2021.

_____. **Rio+20: The Future We Want versus the Powerpoint they negotiate**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/news/Blogs/makingwaves/rio20-the-future-we-want-versus-the-powerpoin/blog/40658/>>. Acesso em: 15 out. 2021b.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Rio+ 20 ou Rio-20? crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.

GUIVANT, J. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/julia19.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2021. p.72-87.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HANSEN, A. **The mass media and environmental issues**. Leicester: Leicester University, 1993.

HANNIGAN, J. **Environmental sociology**. London: Routledge, 2014.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HASS, P. M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *In*: _____. **International Organization**, vol. 46, n. 1, 1992. p.1-35.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Global Warming of 1.5°C – Special Report**, 2018. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/sr15/>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders**. Advocacy networks in international politics. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, R. O. HAAS, P. M.; LEVY, M. A. The effectiveness of international environmental institutions. *In*: HAAS, P.; KEOHANE, R. O.; LEVY, M. A. (Ed.). **Institutions for the Earth: sources of effective international environmental protection**. Cambridge: MIT Press, 1993.

KRASNER, S. D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International organization**, v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982.

_____. **International regimes**. Vol.1. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LAFERRIÈRE, E.; STOETT, P. **International relations theory and ecological thought: towards a synthesis**. London: Routledge, 2003.

LEIS, H. Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 1993, p. 79-98. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/mjqjRxQDY3WH9BBpYFmrfJj/?lang=pt#%3E.Acesso>>. Acesso em: 23 Ago 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000300005>.

_____. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Local: São Paulo. Editora Cortez, 2006.

_____. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, vol. 34, n. 3, 2009, p. 17-24.

MILANI, C. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 287-301, 2008.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

PATERSON, M. **Understanding global environmental politics: domination, accumulation, resistance**, v.1. Ottawa: Macmillan, 2000.

_____. Green politics. *In*: **Theories of international relations**. Ottawa: Palgrave Macmillan Ltd, 2005. p. 235-257.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. *In*: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.). **Governança sem governo: ordem e**

transformação na política mundial. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

ROSENTAL, C. Eco-Demos: Using Public Demonstrations to Influence and Manage Environmental Choices and Politics. **Institut Marcel Mauss–CEMS Occasional Paper**, n. 3, 2011. Disponível em: <http://cems.ehess.fr/docannexe/file/2997/claude_rosental_eco_demos.pdf>. Acesso em: 25 ago 2021.

_____. Toward a sociology of public demonstrations. **Sociological Theory**, v. 31, n. 4, p. 343-365, 2013. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0735275113513454>>. Acesso em 20 ago 2021. <https://doi.org/10.1177/0735275113513454>

SANT'ANNA, F.; MOREIRA, H. Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica Crítica Internacional. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 20, p. 205-248, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000200205&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-335220162006>.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia:** Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SMITH, M. Concern for the environment at records highs. **YOUGOV**, 2019. Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2019/06/05/concern-environment-record-highs/>. Acesso em: 5 out. 2021.

SMITH, T. Rio+20: What next for civil society following Earth Summit ‘failure’?. **CLIMATECHANGENEWS**, 2012. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2012/06/26/rio20-what-next-for-civil-society-following-earth-summit-‘failure’/>. Acesso em: 5 out. 2021.

TAYLOR, M. The evolution of extinction rebellion. **THE GUARDIAN**, 2020. <https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/04/evolution-of-extinction-rebellion-climate-emergency-protest-coronavirus-pandemic>. Acesso em: 5 out. 2021.

THACKERAY, S. J. *et al.* Civil disobedience movements such as School Strike for the Climate are raising public awareness of the climate change emergency. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/gcb.14978>. Acesso em: 6 out 2021. <https://doi.org/10.1111/gcb.14978>

THE GUARDIAN, 2012. Climate change marches: Kerry cites fight against Ebola and Isis as thousands join protests <https://www.theguardian.com/environment/2014/sep/21/-sp-climate-change-protest-melbourne-london-new-york-protest>

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.3, 1987. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/139/54/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

VIOLA, E.; LEIS, H. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel das organizações do ecologismo. In: LEIS, H (Org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/FASE/AIRI/PUC-RIO, 1991.

WALDMAN, M. A Eco-92 e a necessidade de um novo projeto. **Ecos da Rio-92: geografia, meio ambiente e desenvolvimento em questão**. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros–Seção Fortaleza, p. 20-32, 1992.

WORLD Wildlife Fund (WWF). **Rio+20 tem que garantir que o futuro seja sustentável e justo**. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?31584>. Acesso em: 17 jun. 2021.

XR. XR GLOBAL, 2021a. AS NOSSAS EXIGENCIAS. Disponível em: <<https://rebellion.global/pt/about-us/>>. Acesso em: 21 out 2021.

_____. XR GLOBAL, 2021b. A NOSSA HISTÓRIA. Disponível em: <<https://rebellion.global/pt/about-us/>>. Acesso em: 21 out 2021.

_____. XR GLOBAL, 2021c. ENCONTRE XR NA TUA ÁREA. Disponível em: <<https://rebellion.global/pt/groups/#countries/>>. Acesso em: 21 out 2021.

XR SCIENTISTS. Scientists' Declaration of Support for Non-Violent Direct Action Against Government Inaction Over the Climate and Ecological Emergency, 2020. Disponível em: <<https://www.scientistsforxr.earth>>. Acesso em: 22 out. 2021.

YOUNG, Oran R. The politics of international regime formation: managing natural resources and the environment. **International organization**, v. 43, n. 3, p. 349-375, 1989. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/politics-of-international-regime-formation-managing-natural-resources-and-the-environment/00BA36E77C4711469CCBEE2FB25F3746>. Acesso em: 31 ago 2021.
<https://doi.org/10.1017/S0020818300032963>

350.org, 2015. GLOBAL CLIMATE MARCH: We sent a message to Paris. Disponível em: <<https://350.org/global-climate-march/>> Acesso em: 25 ago 2021.